



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Economia e Gestão Aplicada

Especialização: Recursos Naturais e Ambiente

Dissertação

**Diagnóstico do Desenvolvimento Económico da Província do
Huambo**

Autor:

António Zacarias da Costa

Orientador:

Maria da Conceição Peixe Rego

Mestrado em Economia e Gestão Aplicada

Especialização: Economia dos Recursos Naturais e Ambiente

Dissertação

**Diagnóstico do Desenvolvimento Económico da Província do
Huambo**

Autor

António Zacarias da Costa

Orientador:

Maria da Conceição Peixe Rego

2013

Ao meu pai Tito Costa e minha
mãe Julieta Jepele Costa

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por me dar saúde e força para trabalhar e concluir esta dissertação.

Os meus sinceros agradecimentos à Senhora Professora Doutora Maria da Conceição Peixe Rego, pela disponibilidade e simpatia manifestada na orientação desta dissertação.

A Senhora Professora Doutora Maria Leonor Pimenta Marques Verdete da Silva Carvalho, pela total disponibilidade e apoio cedido.

Aos Senhores Professores Doutores, Pedro Damião de Sousa Henriques, Rui Manuel de Sousa Fragoso, António Cipriano Afonso Pinheiro, Carlos Alberto Falcão Marques, os meus agradecimentos pela simpatia e dedicação na transmissão dos conhecimentos.

Os meus sinceros agradecimentos as Senhoras Professoras Doutoradas Maria Raquel Ventura Lucas e Lurdes Godinho, pelo apoio prestado e a incansável dedicação na transmissão de conhecimentos.

Meus agradecimentos aos Drs. Alvaro Essuvi Valentim Lutucuta, Vasco Augusto Costa, pela ajuda prestada.

Aos meus colegas do curso de mestrado, Corrige Manuel, Claudio Bernado, Jaime Agostinho Jerónimo, Samuel Gonçalves, Ngombo Alino, Samuel Francisco, Marcela da Costa Nascimento, Jeremias Chimuco Domingos, Joaquim Celestino, Lucas Agostinho Mujamena, Maria José Cumba, Oswaldo Camoli Chissoca, Walter Luis Alves Viegas, pelo apoio e motivação.

Aos funcionários do Governo da Provincia do Huambo e também das várias administrações municipais e comunais do Huambo.

Resumo

Diagnóstico do Desenvolvimento Económico da Província do Huambo

Encontrar respostas para a sustentabilidade da província do Huambo, traduzida na minimização dos seus pontos fracos/fraquezas, a nível interno, bem como das ameaças do meio envolvente e, por outro lado, fomentando as suas potencialidades económicas, descritas nos pontos fortes e oportunidades associadas ao território, é um dos objectivos que nos propomos alcançar com este estudo. A sustentabilidade deste território não pode deixar de estar associado ao seu crescimento e desenvolvimento económico que, por sua vez, dependem da natureza e qualidade dos investimentos futuros, mas também das características presentes do tecido económico, social e urbano que também procuraremos evidenciar ao longo deste trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento económico, urbanismo, sustentabilidade e planeamento territorial.

Abstract

Diagnosis of Economic Development of the Province of Huambo

Find answers to the sustainability of the province of Huambo, translated in minimizing their weaknesses/ weaknesses, the internal level, as well as threats of the environment and, secondly, encouraging its economic potential, described the strengths and opportunities associated the territory, is one of the goals we want to achieve with this study. The sustainability of this territory can only be related to its economic growth and development that, in turn, depend on the nature and quality of future investments, but also present the characteristics of the economic, social and urban also seek evidence throughout this work.

Keywords: Economic development, urban planning, sustainability and regional planning

| Índice | pg |
|---|-----------|
| Agradecimentos | i |
| Resumo | ii |
| Abstract..... | iii |
| ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS | vi |
| ÍNDICE DE GRAFICOS | viii |
| ÍNDICE DE FIGURAS | viii |
| SIGLAS E ABREVIATURAS..... | ix |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2. REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA..... | 4 |
| 2.1 Fundamentos da Teoria de desenvolvimento..... | 4 |
| 2.1.1. Enquadramento | 4 |
| 2.1.2. Diferença entre crescimento e desenvolvimento..... | 5 |
| 2.1.3. Diferentes perspectivas relativas ao desenvolvimento territorial..... | 7 |
| 2.2. Território e Planeamento | 12 |
| 2.2.1. Indicadores para medir as diferenças de desenvolvimento | 12 |
| 2.2.2. O planeamento como instrumento para atenuar as diferenças de desenvolvimento. | 14 |
| 2.3. O papel das cidades no desenvolvimento do território | 17 |
| 2.3.1. Desenvolvimento e urbanismo | 17 |
| 2.3.2. O caso das cidades africanas | 20 |
| 3. A PROVÍNCIA DO HUAMBO: Elementos de diagnóstico..... | 24 |
| 3.1. Contexto Natural..... | 24 |
| 3.1.1. Clima | 25 |
| 3.1.2. Geologia e geomorfologia..... | 25 |
| 3.1.3. Solos | 26 |
| 3.1.4. Hidrografia | 27 |
| 3.2. Demografia | 27 |
| 3.3. Contexto Económico..... | 29 |
| 3.3.1. Agro-pecuária..... | 29 |

| | |
|---|----|
| 3.3.2. Turismo, Comércio e Indústria | 33 |
| 3.4 Infraestruturas | 35 |
| 3.4.1. Água | 35 |
| 3.4.2. Energia..... | 36 |
| 3.4.3. Obras Públicas | 37 |
| 3.4.4. Transportes e Comunicações..... | 39 |
| 3.5. Contexto Social..... | 40 |
| 3.5.1. Migração..... | 40 |
| 3.5.2.Saúde e assistência | 42 |
| 3.5.2. Educação..... | 46 |
| 3.6. Análise SWOT | 47 |
| 4. METODOLOGIA E RESULTADOS OBTIDOS..... | 50 |
| 4.1. Metodologia | 50 |
| 4.2. Resultados obtidos | 53 |
| 4.2.1. Resultados do inquérito..... | 53 |
| 4.2.2. Resultados da entrevista..... | 68 |
| 4.2.3. Síntese da informação recolhida: Identificação de alguns factores para a sustentabilidade da província do Huambo | 69 |
| 5.CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES..... | 73 |
| 6. BIBLIOGRAFIA..... | 75 |
| 7. ANEXOS..... | 79 |

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

| Quadros | Pág. |
|--|------|
| Quadro nº 1: Variáveis que integram as dimensões do desenvolvimento sustentável | 14 |
| Quadro nº 2: Área semeada e produção prevista nas fileiras de cereais no Huambo (2011) | 29 |
| Quadro nº3: Área semeada e produção prevista nas fileiras das leguminosas (2011) | 30 |
| Quadro nº 4: Área semeada e produção prevista nas fileiras de raízes e tubérculos (2011) | 30 |
| Quadro nº 5: Efetivo Pecuário existente e controlado na província (Unidades) | 32 |
| Quadro nº 6: Gado abatido nos matadouros municipais e locais de matança no Huambo | 33 |
| Quadro nº 7:Estabelecimentos Comercias e Mercados Rurais | 34 |
| Quadro nº 8:Pontes destruídas nas Principais vias de ligação com o litoral e Interior | 38 |
| Quadro nº9:Troços das Principais ligações Rodoviárias | 38 |
| Quadro nº 10:Estrutura da rede sanitária da Província do Huambo | 43 |
| Quadro nº 11:Doenças transmissíveis mais frequentes de 2005 a 2007 | 43 |
| Quadro nº 12: Casos de doenças transmissíveis no Huambo de 2005 a 2007 | 44 |
| Quadro nº 13: Óbitos por doenças transmissíveis com maiores frequências de 2005 a 2007 | 44 |
| Quadro nº 14: Óbitos por doenças transmissíveis no período de 2005 a 2007 | 45 |
| Quadro nº 15: Médicos e enfermeiros no período de 2005 a 2007 | 45 |
| Quadro nº 16:Consultas externas efectuadas no período de 2005 a 2007 | 45 |
| Quadro nº 17: Estabelecimentos de ensino existentes | 46 |
| Quadro nº 18: Alunos Matriculados no ano letivo 2010 | 46 |
| Quadro nº 19:Crianças fora do sistema de Ensino e nº de Docentes | 47 |
| Quadro nº20:Matriz SWOT da provincia do Huambo | 48 |
| Quadro nº 21: Distribuição, por género, dos respondentes ao inquérito por questionário | 51 |
| Quadro nº 22: Caracterização dos respondentes ao questionário | 53 |
| Quadro nº 23: Transformações verificadas no desenvolvimento da província do Huambo | 56 |
| Quadro nº 24: Contributo da agricultura para o desenvolvimento | 57 |
| Quadro nº 25: Contributo do turismo para o desenvolvimento | 57 |
| Quadro nº 26: Contributo do emprego para o desenvolvimento | 58 |
| Quadro nº 27: Relação entre o Grau de Instrução e o nível de Qualidade de Vida percebida | 59 |
| Quadro nº 28: Relação entre a Faixa etária e o nível de Qualidade de Vida percebida | 60 |
| Quadro nº 29: Relação entre a Profissão e o nível de Qualidade de Vida percebida | 60 |
| Quadro nº 30:Qualidade nos serviços de saúde em relação a faixa etária | 62 |
| Quadro nº 31: Qualidade dos serviços de saúde em relação a profissão | 63 |
| Quadro nº 32: Qualidade dos serviços de saúde em relação ao grau de instrução | 64 |
| Quadro nº 33: Qualidade dos serviços de saúde em relação a morada | 65 |

| | |
|---|----|
| Quadro nº 34: Reforma educativa em relação ao grau de instrução | 66 |
| Quadro nº35: Reforma educativa em relação a morada | 67 |
| Quadro 36: Notas de síntese recolhidas com as entrevistas | 68 |
| Quadro 37: Objetivos e ações para o desenvolvimento sustentável de Huambo | 70 |

ÍNDICE DE GRAFICOS

| | Pág. |
|---|------|
| Gráfico 1: Evolução da População do Huambo entre 1910 e 2010 | 28 |
| Gráfico 2: Distribuição (%) da população residente no Huambo (por municípios) | 28 |
| Gráfico nº 3: População deslocada como resultado do conflito armado | 41 |
| Gráfico nº4: População deslocada (0-15 anos) como resultado do conflito armado | 41 |
| Gráfico nº 5: Estimativa da população a reinstalar como resultado do conflito armado | 42 |
| Gráfico nº 6: Análise do género por local de residência | 54 |
| Gráfico nº 7: Faixa etária das Mulheres inquiridas | 54 |
| Gráfico nº 8: Faixa etária dos Homens inquiridos | 55 |
| Gráfico nº 9: Profissão dos inquiridos, por local de residência | 55 |
| Gráfico nº 10: Grau de instrução por local de residência | 56 |
| Gráfico nº 11: Avaliação da qualidade de vida pelos inquiridos | 58 |
| Gráfico nº 12: Avaliação da qualidade de vida (qualidade e acesso à saúde) pelos inquiridos | 61 |
| Gráfico nº 13: Avaliação da qualidade de vida - reforma educativa - pelos inquiridos | 66 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | Pág. |
|--|------|
| Figura nº 1: Localização geográfica da província do Huambo | 24 |

SIGLAS E ABREVIATURAS

BUE – Balcão Único do Empreendedor.

ENE – Empresa Nacional de Electricidade.

ETARs – Estações de Tratamento de água.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

MAT – Ministério da Administração do Território.

MINARS – Ministério da Assistência e Reinserção Social.

MINADERP – Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas

MINEA – Ministério da Energia e Águas

MINPLAN - Ministério do Planeamento

MINSA – Ministério da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIP – Plano de Investimento Público.

PND – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Inovativos Locais.

TPA – Televisão Pública de Angola

INTRODUÇÃO

A expansão das cidades pode gerar, em algumas circunstâncias, desenvolvimento económico e progresso tecnológico, além de novas formas de organização social. Segundo Polèse (1998), a forma como as cidades são estruturadas, governadas, pode ter um impacto profundo nos níveis de bem-estar económico e, por conseguinte, na redução da pobreza. O potencial de desenvolvimento económico das cidades está, contudo, necessariamente limitado por condições nacionais e regionais, ou seja, pela sua envolvente mais ou menos imediata e pelas relações que a cidade estabelece com as suas áreas limítrofes.

O papel das cidades, especialmente as grandes, no desenvolvimento económico tem vindo a evoluir. Historicamente, as cidades têm sido fonte de crescimento económico. Recentemente, este papel está associado a um ambiente vanguardista: as cidades funcionam como um espaço onde as ideias circulam e são trocadas, tornam-se veículos essenciais de inovação, mudança e desenvolvimento. Este processo é de tal ordem amplo que deverá extravasar os limites estritos da cidade e provocar também o desenvolvimento das áreas rurais envolventes, quer em termos económicos como em termos sociais e culturais. As cidades existem para permitir que bens, ideias e pessoas se unam para produzir e trocar, permitindo, com isso, que a sociedade beneficie com as vantagens do comércio, especialização e diversidade (Glaeser & Quigley, citado em Polèse, 1998).

Huambo é uma das principais cidades angolanas, capital da província com o mesmo nome. Localizada no chamado ‘planalto central’, contribui de forma determinante para a economia do país. O principal contributo decorre da produção agrícola. Tradicionalmente foi uma província com a economia baseada na produção extensiva de cereais para a comercialização.

A deslocação populacional do campo para as cidades, por causa do conflito armado, não deu a todos os indivíduos e grupos sociais, os benefícios que esperavam, devido, fundamentalmente, a várias formas de segregação (ao nível do rendimento, etnia, raça, ideologia política, entre outros). Na sequência desse processo de exclusão, os indivíduos que saíram do campo para a cidade não tiveram acesso aos serviços básicos, equipamentos e diversos direitos que lhes possibilitariam participar plenamente da economia e sociedade urbanas.

“As cidades actuais são resultado de um modelo de desenvolvimento económico exaurido, baseado numa sociedade de consumo egoísta e no lucro fácil” (Viana e Vasconcelos, 2009). Neste diapasão, pretendemos, com este trabalho, discutir algumas variáveis que consolidam a formação daquilo a que poderemos chamar um novo direito: o direito à cidade sustentável. Este direito à cidade sustentável desenvolver-se-á interligado com o conceito e a prática de desenvolvimento equilibrado, permitindo ao ecossistema urbano relacionar-se racionalmente com os demais ecossistemas (aquáticos e florestais). Neste sentido, uma província sustentável é aquela que garante o direito à terra, à habitação, ao saneamento básico, às infraestruturas urbanas, aos transportes, ao trabalho, ao lazer, ao ambiente ecologicamente equilibrado, para as gerações presentes e futuras. A sustentabilidade da província, e da cidade de Huambo em particular, a sua função social e o respeito pela dignidade humana são questões que determinam a qualidade de vida.

Com esta dissertação, que trata do desenvolvimento em geral, particularmente nos domínios do desenvolvimento nacional e regional, para além de descrever e diagnosticar a situação atual do Huambo, em termos sociais e económicos, pretendemos identificar as variáveis em torno das quais se vão definir os objectivos da mudança da (in) sustentabilidade da província para uma província caracterizada pela sustentabilidade.

Para cumprirmos este objectivo, procedemos ao levantamento dos constrangimentos económico-sociais da província, das potencialidades e recursos para empreender uma estratégia de desenvolvimento, onde os factores de sustentabilidade estejam presentes. A investigação decorreu com recurso a duas componentes fundamentais: pesquisa bibliográfica e recolha de dados quantitativos, por um lado e, por outro, a implementação de instrumentos de recolha de informação diretos, levando a pesquisa para o terreno. Foram aplicados questionários a 1218 indivíduos que vivem nos diferentes municípios da província do Huambo e entrevistas a funcionários do gabinete de estudo e planeamento do governo da província e dos municípios, a funcionários das Direções provinciais da Agricultura, Cultura, Educação, Urbanismo, Obras públicas, Comercio e Indústria, com com o objetivo de complementar a informação recolhida por via indireta.

No que concerne à estrutura desta dissertação, esta é composta, para além desta introdução, por três partes principais.

No Capítulo 2 que contempla o enquadramento teórico da investigação começamos por relembrar conceitos fundamentais ao desenvolvimento do trabalho empírico. O Capítulo 3 é dedicado à caracterização dos elementos de diagnóstico da província do Huambo. O Capítulo 4 está organizado em três secções: na primeira secção descrevemos a metodologia utilizada; na segunda secção apresentamos os resultados dos instrumentos de recolha de informação – um questionário e uma entrevista - aplicados no território de estudo; a terminar este capítulo apresentaremos uma secção onde sintetizamos, no conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável identificados, todo o conjunto de informação recolhida, quer a partir dos dados diretos como indiretos.

O trabalho termina com um capítulo de conclusões e recomendações, onde se apresentam e discutem os principais resultados alcançados, propõem-se algumas pistas, para a sustentabilidade da província do Huambo e identificam-se as algumas linhas de investigação futura.

2. REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

2.1 Fundamentos da Teoria de desenvolvimento

2.1.1. Enquadramento

Em função da necessidade de um enquadramento teórico, procuramos nas diferentes secções deste capítulo, realizar uma breve revisão da literatura considerada mais relevante, no âmbito da avaliação empírica, dando ênfase aos aspectos e elementos teóricos mais importantes de natureza conceptual. Desta forma, partindo do geral para o particular, levamos a cabo uma revisão da bibliografia relacionada com o crescimento e o desenvolvimento, o desenvolvimento e planeamento territorial, a localização, o urbanismo, o ambiente e também aspectos socioculturais de algumas cidades africanas.

De modo transversal a este capítulo estão sempre subjacentes os conceitos associados com a localização das diversas perspectivas teóricas, particularmente as noções de espaço e região. As políticas territoriais, por definição, assentam, desde sempre, sobre a noção de espaço. O conceito de espaço reveste-se, senão de alguma ambiguidade, pelo menos de uma grande amplitude conceptual, na medida em que pode ter definições de várias índoles: geográfica, histórica, económica, física, social, administrativa, política, entre outras. As noções de espaço e de região são diferentes. Segundo Boudeville (1969, citado em Mafra e Silva, 2004, p:12), o espaço pode definir-se a partir de um conjunto de dados económicos localizados, sendo que as localizações podem ser dispersas, descontínuas, porque aquilo que dá unidade ao espaço são as suas características e as relações de interdependência. A região, por seu turno, tem de ser definida de forma mais restrita, não resultando as restrições de fatores ligados à dimensão mas sim a razões de contiguidade, ou seja, os elementos que compõem a região têm de localizar-se necessariamente de modo contíguo territorial ou geograficamente.

As regiões e os países são quadros territoriais importantes de análise e de políticas territoriais. Mas enquanto os territórios a nível nacional são o resultado objetivo de um processo histórico ou político relativamente sedimentado, as regiões nem sempre tiveram uma existência evidente, objetiva e até pacífica. Por isso, não têm sido aceites

unanimemente, nem têm sido utilizadas com finalidades idênticas, o que, em grande parte, se deve ao carácter interdisciplinar das políticas territoriais (Mafra e Silva, 2004, p: 12 e 13). Apesar de não ser fácil definir os limites de uma região, há um conjunto de critérios que foram definidos em torno de três paradigmas: regiões homogéneas, regiões funcionais e regiões-plano. Seguindo de perto autores como Stöhr (1969) (citado em Lopes, 2002), verificamos que i) as regiões homogéneas baseiam-se em critérios de maximização da semelhança interna em relação a certos indicadores; ii) as regiões funcionais são caracterizadas a partir de critérios de interdependência funcional dos seus elementos e iii) as regiões plano estruturam-se em torno objetivos de planeamento, podendo os seus limites ser definidos em função dos objetivos do decisor.

Além destes conceitos de espaço e região importa ainda explicitar a noção de território. Quando pretendemos estudar um dado local, sabemos que aí deveremos ter localizadas um conjunto de atividades produtivas bem como um conjunto de indivíduos. Em cada local, a interação entre o conjunto das atividades, o conjunto dos indivíduos e a localização específica dá origem a um território distinto de todos os restantes (Lopes, 2002). Ou seja, o território é o resultado complexo da interação entre os locais (físicos), as atividades produtivas e os indivíduos que as realizam. De forma mais pormenorizada, podemos afirmar que o território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente, por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam a identidade e coesão social, cultural e territorial (Filho, Silva & Silva, 2009).

2.1.2. Diferença entre crescimento e desenvolvimento

A diferença entre crescimento e desenvolvimento reside, fundamentalmente, no facto de o crescimento ser uma parte indispensável, mas insuficiente do desenvolvimento. Diversos autores clarificam esta diferença. Para se obter desenvolvimento é preciso articular o crescimento da produção, medido pelas variações do produto interno bruto

(PIB), com a satisfação das necessidades fundamentais da população, atual e futura, a redução das desigualdades socioeconômicas e a proteção do meio ambiente (Cazella, 2002). Os conceitos de crescimento e desenvolvimento são por vezes contraditórios no que se refere à forma e aos meios, embora coincidentes na essência e no objetivo, que é promover o bem estar das populações, através da criação de riqueza (Capucho, 2006).

Vejamos agora de forma um pouco mais detalhada as diferenças entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento. “Crescimento econômico é determinado pela variação do PIB e pela sua relação com o crescimento demográfico de um país, [...]; atualmente, é avaliado pela sua capacidade qualitativa de gerar riqueza e não apenas pela componente quantitativa, como se pensava no início do século XX” (Reboucas, 2009). Ou seja, o crescimento acontece quando a economia de um país melhora, ou seja, quando o seu PIB, em relação ao ano anterior, cresce em percentagem. Desenvolvimento, por seu turno, implica alterações qualitativas na produção de riqueza; por exemplo, é quando o país passa a dominar novas tecnologias, quando as suas indústrias evoluem e se modernizam, quando as atividades produtivas conhecem alterações estruturais. O desenvolvimento é um processo pelo qual o rendimento de uma economia aumenta, de forma sustentável, durante um longo período de tempo e, com isso, melhora a qualidade de vida dos cidadãos. O desenvolvimento exprime-se através do acesso físico e econômico aos bens, serviços e equipamentos que permitem a satisfação das necessidades básicas, nelas se compreendendo, entre outras, a habitação, o emprego, a educação, o lazer, a saúde e o bem-estar, mas também a participação ativa na construção da coesão social. O desenvolvimento, por inerência conceptual, exige preocupações de eficiência, de sustentabilidade e de equidade, no sentido de justiça social, equilíbrio, harmonia (Mafrá e Silva, 2004; p.5).

Conceptualmente, podemos encontrar na bibliografia diversas formas de compreender o desenvolvimento econômico. Pode ser entendido como “um fenómeno histórico que ocorre nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e que se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou do rendimento por habitante, acompanhado por um sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico” (Pereira, 2006:9), mas também pode ser mais atento ao processo da redistribuição do aumento de rendimento gerado. O desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve

incluir “as alterações da composição do produto e a afectação de recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e habitação)” (Vasconcellos, 1998, citado em Oliveira, 2002: p.38). Em síntese, podemos concluir que “o desenvolvimento é basicamente, aumento do fluxo do rendimento real, isto é, o aumento na quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade (Furtado, 1961, citado em Oliveira, 2002: p.39).

Inegavelmente, o desenvolvimento envolve dimensões que transcendem a económica, como é o caso da liberdade, justiça, equilíbrio e harmonia que lhes são inerentes, de tal modo que não pode considerar-se desenvolvida a sociedade, por mais rica em termos médios e materiais, onde a opressão e as desigualdades se instalaram, onde o bem estar de alguns, acontece “à custa” da pobreza de outros. Não é desenvolvida a sociedade em que o bem estar de hoje possa pôr em causa o bem-estar de amanhã, onde os recursos produtivos (pensemos, por exemplo, nos recursos renováveis consumidos a ritmo superior ao da sua capacidade de renovação) sejam utilizados pelas gerações de hoje de modo a comprometer as oportunidades de desenvolvimento das gerações de amanhã (Lopes, 2002, citado em Capucho, 2006: p.23).

2.1.3. Diferentes perspectivas relativas ao desenvolvimento territorial

A análise das teorias de desenvolvimento, na óptica do desenvolvimento regional e do território, engloba um vasto leque de questões que à partida se apresentam fundamentais do ponto de vista económico, relacionadas com a necessidade de explorar, de forma eficiente os recursos produtivos que possam contribuir para o bem estar da população de uma região. Vejamos, de forma breve, algumas das perspectivas que ao longo dos últimos anos marcaram a evolução das concepções sobre o que se entende serem as condições necessárias para a promoção do desenvolvimento das regiões. Desde logo devemos salientar que podemos, de forma simples, distinguir as teorias que preconizam o desenvolvimento das regiões a partir da diferença entre aquelas para as quais as características do território são relevantes e as que ignoram as especificidades das regiões.

Entre as que, digamos assim, ignoram as características das regiões, destacamos, pela sua diversidade de perspectivas, as teorias de Schumpeter, Solow e Perroux. Entre as que se baseiam nas diferentes características dos locais como elementos de partida destacamos teoria do desenvolvimento endógeno e a teoria dos sistemas produtivos locais.

Schumpeter caracteriza o processo de produção como uma combinação de forças produtivas que incluem elementos materiais e imateriais: no nível material estão os fatores originais da produção, isto é terra e o trabalho de onde procedem todos os bens; no nível imaterial estão elementos técnicos, de organização social e o meio ambiente esociocultural. Os trabalhos de Schumpeter, datados da primeira metade do século XX, associam o crescimento económico à capacidade que os empresários têm de introduzir inovação nas suas actividades (“...a remuneração do capital (juro ou lucro) é essencialmente a remuneração das inovações realizadas pelos empresários ‘dinâmicos’” (Denis, 1990: 736). A chamada ‘destruição criativa’, defendida por Schumpeter associa a evolução produtiva à capacidade que as sociedades tiverem de se reconstruírem e reinventarem a partir da introdução de novos procedimentos e novas tecnologias no processo produtivo.

Em meados dos anos 50 do século XX, Robert Solow apresentou um modelo de crescimento económico, de longo prazo, que tinha como objetivo fundamental demonstrar que uma economia de mercado pode crescer, no longo prazo, de forma permanente, sustentada, e com uma trajetória de equilíbrio relativamente estável, mesmo sem intervenção direta do governo na economia. Este modelo admite que o capital e o produto (ou rendimento) crescem ao mesmo ritmo e que a taxa de crescimento de ‘estado estacionário¹’ é explicada por dois fatores exógenos ao modelo: a taxa de crescimento do trabalho e um múltiplo da tecnologia, medida pela taxa de crescimento da produtividade total. Dado que a poupança e a acumulação de capital são determinantes do crescimento económico, este vai ser função do progresso técnico e do crescimento da população. Assim, de acordo com Solow, existem três fontes para o crescimento económico: o

¹Entende-se por ‘estado estacionário’ a existência de um coeficiente capital/trabalho estável, ou seja, com uma taxa de poupança fixa e com a mesma tecnologia, dada pela função de produção, o montante de investimento vai ser o necessário para que cada unidade de trabalho fique associada à mesma quantidade de capital. Neste ponto, a produtividade é estável e o crescimento é determinado pela variação da população. Consequentemente, não há aumento de produto per capita nem crescimento de longo prazo.

aumento da disponibilidade de trabalho, a acumulação de capital e a mudança tecnológica (Burba e Wiplosz, 1993).

Nos anos 60 começam a surgir as políticas de crescimento económico baseadas na mobilidade de fatores de produção e nos efeitos de polarização. Assentando numa lógica puramente clássica – de que os fatores produtivos se deslocam livremente das áreas onde são mais abundantes (logo, pior remunerados) para aquelas onde são mais escassos (melhor remunerados) – a ideia fundamental deste tipo de teorias baseia-se no pressuposto de que o crescimento não surge em todo o lado, nem com a mesma intensidade. De acordo com Cazella (2000), na teoria desenvolvida por Perroux – autor que desenvolve a teoria dos Pólos de crescimento económico -os efeitos complexos da dominação são relacionados com o processo social que se opera no espaço físico. Assim, os pólos industriais de crescimento, onde os impactos da organização imperfeita dos mercados e das economias externas assumem um papel determinante, não podem ser entendidos de forma isolada dos desafios ligados ao poder. A importância dada por Perroux à ideia de poder, às macro-decisões e aos pólos de crescimento, torna a sua abordagem uma referência entre os ensaios sobre o desenvolvimento.

A teoria dos pólos de crescimento parte do princípio que os efeitos de dispersão, que irradiam de pontos espacialmente localizados, transmitem impulsos de crescimento a outros pontos – efeitos de dispersão – que podem ultrapassar os próprios efeitos de polarização, isto é, a reabsorção dos efeitos de dispersão pelo próprio ponto. Assim, os investimentos devem concentrar-se em pólos escolhidos e interligados, de modo a favorecer os efeitos de dispersão no espaço. Em termos setoriais, esses investimentos devem levar em consideração a maior capacidade de arrastamento associada a determinadas atividades, com interdependência com outras.

No final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, em simultâneo com o surgimento da crise económica dos países do chamado ‘mundo ocidental’, a teoria económica adopta uma nova perspectiva sobre o papel do território no crescimento económico e na construção de processos de desenvolvimento. O desenvolvimento endógeno surge como uma crítica à lógica a-territorial que vigorava anteriormente e passa a ser encarado com um processo territorial, comunitário e democrático. O desenvolvimento endógeno parte das características dos recursos locais (habitualmente designado por potencial endógeno), tais como as características ecológicas, a força de

trabalho, o conhecimento, as instituições, e os modelos locais para articular a produção e o consumo.

A ideia fundamental do desenvolvimento endógeno para uma região é desencadear e fortalecer processos de melhoria das condições de vida dos seus habitantes, pela via dos próprios recursos (naturais, humanos e culturais), a partir da iniciativa e empreendedorismo locais, com vista ao fornecimento de diversos produtos e serviços, não se esquecendo dos “impulsos vindos de cima” ou de “fora” quando se localiza no território, uma grande empresa, ou uma grande infraestrutura pública. (Barbosa de Melo, 2002 citado em Capucho, 2006). Barbosa de Melo (2002) sintetiza assim o conjunto de condições necessárias para podermos afirmar que estamos na presença de um processo de desenvolvimento de natureza endógena, ou proveniente ‘de baixo’: i) envolvimento dos atores locais no processo de tomada de decisão; ii) a mobilização local dos recursos produtivos do território; iii) a valorização dos fatores e dos bens e serviços produzidos localmente; iv) existência de processos de criação ou difusão de inovações; v) ganhos decorrentes de uma melhor coordenação local de iniciativas; vi) aumento do valor acrescentado retido localmente e vii) ‘internalização’ territorial dos efeitos de transbordo (spill-over) positivos das iniciativas públicas e privadas.

Já mais no final do século XX, nas últimas duas décadas, o conjunto de argumentos que passou a estar associado ao desenvolvimento local diversificou-se, na medida em que às variáveis tradicionais relacionadas com a dotação de fatores produtivos, se juntam agora outras relacionadas com o conhecimento, com a inovação, bem como com a interação dos agentes económicos e institucionais localizados nas regiões. Em síntese, este paradigma defende que tão importante como o stock de fatores produtivos físicos, é o conjunto de conhecimento e inovação produzido e disseminado no território bem como a densidade relacional existente entre os diversos agentes presentes no território. Chegamos assim ao domínio teórico das regiões inovadoras, inteligentes, das regiões do conhecimento, dos sistemas territoriais de inovação e produção. Estes conceitos foram sendo desenvolvidos por autores diversos, entre os quais destacamos o conjunto de trabalhos dos investigadores do GREMI, por Flórida (1995), Asheim (1996), Ferrão (1997), Lundvall (1992) ou Nelson (1993) os quais são sistematizados, por exemplo, em Santos (2002).

A origem dos sistemas produtivos locais está associada à formação de vínculos territoriais (regionais e locais), sociais, políticos, culturais e económicos. Além disso, fatores como interação, cooperação, troca de experiências e as aprendizagens constantes

são fundamentais para a formação dos sistemas locais (Rede de Pesquisa em Sistemas Inovativos Locais “REDESIST”, 2004). Neste entendimento, a criatividade é fundamental. As regiões tornar-se-ão mais atrativas quanto maior for a sua aptidão para fixar as classes criativas (Florida, 2002). As populações locais desempenham assim uma função importante através da sua capacidade de acolhimento e inserção/integração de indivíduos criativos (os quais se diferenciam também pela sua mobilidade espacial) e que procuram territórios “tolerantes”. Florida (2002) defende que as regiões com capacidade para fixarem indivíduos criativos devem ser caracterizadas pelos três Ts: Tecnologia, Talento e Tolerancia. Estes três Ts, vão promover novas dinâmicas, tendentes a aproximar indivíduos com os mesmos interesses, desenvolvendo novos hábitos, novas formas de estar e agir perante a região e tudo o que ela possa oferecer, tendo em conta os aspectos políticos, culturais, económicos e ambientais. A valorização dos recursos naturais e humanos – também internos à região -, e o seu aproveitamento, estão entre os fatores que devem ser equacionados e considerados aquando da definição das políticas criativas. Quer a atração quer a retenção de recursos humanos qualificados e ricos em experiências diversificadas, contribuem para o pluralismo das regiões. Estes indivíduos deverão implementar o seu conhecimento, potenciando as características físicas do espaço, como matéria-prima para as indústrias criativas ou para o desenvolvimento de outras atividades, eventualmente consideradas mais banais (Latoeira, 2007).

Posto isto, resta-nos clarificar o que se entende por Sistema Produtivo Local (SPL), como sendo uma concentração micro espacial de empresas de qualquer dimensão, com grau diferenciado de coesão e características comuns. A cadeia produtiva de um SPL é constituída por múltiplos sectores e indústrias, relacionadas entre si por fluxos de bens e serviços mais intensos do que aqueles que os interligam com outros sectores e indústrias da economia nacional (Haddad, 2003: 35). Em síntese, os SPL apresentam um conjunto de vantagens que promovem a criação de desenvolvimento económico: i) Economias de escala; ii) externalidades positivas; iii) Socialização do conhecimento; iv) Redução dos custos de transição; v) Optimização de recursos; vi) Sinergia de esforços institucionais; vii) Valorização da cultura local e viii) Inclusão social (Florida, 2002; Haddad, 2003; REDESIST, 2004 e Latoeira, 2007).

2.2. Território e Planeamento

2.2.1. Indicadores para medir as diferenças de desenvolvimento

Nesta secção procuraremos identificar alguns indicadores de desenvolvimento sustentável, que nos permitam analisar as diferenças de desenvolvimento verificadas entre os vários territórios. Indicadores são elementos informativos usados para explicar sistemas complexos, ou seja, são usados para agregar, simplificar e quantificar informações, de modo que o seu significado fique mais claro (Krama, 2008). Os indicadores de desenvolvimento sustentável são aqueles que têm uma abrangência que vai para além do crescimento económico, traduzindo também a eficiência, equidade e a qualidade de vida do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (Krama, 2008). Assim, para aproximarmos uma medida de desenvolvimento sustentável podemos destacar quatro dimensões de indicadores:

- a) Indicadores económicos: ajudam-nos a perceber os impactos económicos associados com a produção e consumo, a nível local, nacional e global, como o caso do PIB (a soma de todas as riquezas em bens e serviço produzidos dentro de um território, a inflação e a taxa de juro;
- b) Indicadores sociais: referem-se à organização social dos sistemas nos quais nos integramos. Neste domínio destacamos variáveis como a equidade (pobreza, igualdade de género), saúde (estado de nutrição, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, saneamento básico, acesso a água potável, cuidados primários de saúde), educação (nível educacional) e habitação (condições de habitação);
- c) Indicadores ambientais: estão relacionados com a atmosfera (mudanças climáticas, destruição da camada do ozônio, qualidade do ar), terra (agricultura, florestas, desertificação e urbanização), oceanos, mares e áreas costeiras (zona costeira e pescas), água doce (quantidade e qualidade da água) e biodiversidade (ecossistemas e espécies).

- d) Indicadores Institucionais: neste domínio, podemos trabalhar com variáveis ao nível do quadro institucional (cooperação internacional e implementação de estratégias de desenvolvimento) e capacidade institucional (acesso a informação, infraestruturas de comunicação, ciência e tecnologia e preparação e capacidade de resposta para acidentes naturais ou outros).

Com base no conceito de território apresentado anteriormente e procurando caracterizar os espaços geográficos de forma multidimensional e em termos da respectiva sustentabilidade, para perceber as diferenças de desenvolvimento, define-se a operacionalização das seguintes dimensões: social, demográfica, político-institucional, económica, ambiental e cultural. A existência de um conjunto de dimensões, compostas por diversas variáveis, que permitem distinguir o desenvolvimento dos territórios, é fundamental para poder comparar e distinguir as respectivas identidades territoriais. Um dos indicadores que permite compreender globalmente o nível de desenvolvimento dos territórios, e compará-los, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice reflete, em partes iguais, a importância do crescimento económico (medido pela taxa de crescimento do PIB) bem como o acesso à educação (medido pelo número médio de anos de escolaridade e pelo número de anos esperados de escolaridade) e à saúde (medido pela esperança de vida à nascença). A desagregação das dimensões que permitem compreender, de forma detalhada, os diferentes níveis de desenvolvimento pode ser feita através das variáveis propostas por Waquil et.al. (2010) que se sintetizam de seguida (Quadro nº1). Dada a diferença de escala e medida das diversas variáveis propostas, é fundamental que as mesmas sejam standardizadas, de modo a poderem integrar as várias dimensões com que podemos medir o desenvolvimento. De salientar que o conjunto de dimensões que apresentamos de seguida, dada a diversidade e a amplitude que traduz, não apenas nos permite medir o desenvolvimento como também nos permite ir mais além e avaliar as diferenças relativas ao conceito de desenvolvimento sustentável, não obstante as diferenças de variáveis propostas pelos diversos autores.

Quadro nº 1: Variáveis que integram as dimensões do desenvolvimento sustentável

| | |
|---|--|
| Dimensão Social IDH – Longevidade IDH - Educação | Dimensão Demográfica Taxa de urbanização Densidade populacional |
|---|--|

| | |
|--|---|
| Mortalidade infantil até 1 ano de idade Nº de cama hospitalares por 1000 habitantes Nº de homicídios por 100 mil habitantes Famílias beneficiárias por transferências de benefícios sociais | Razão entre a população masculina e a população feminina Proporção da População com mais de 60 anos |
| Dimensão Político-Institucional Proporção de participação o de eleitores em atos eleitorais Nº médio de municípios Proporção da participação nos Conselhos de Auscultação e a Concertação Social (Órgão de apoio consultivo dos governos provinciais, municipais e comunais) Acesso à justiça | Dimensão económica IDH – PIB Índice de Gini – Rendimento Índice de Gini – Terra Participação da agricultura no PIB Rendimento médio da produção agropecuária Razão entre os estabelecimentos agrícolas familiares e patronais Exportações |
| Dimensão Ambiental Proporção de habitação com abastecimento de água Proporção de habitação com esgotos sanitários (rede geral e pluvial) Proporção de habitação com recolha de lixo Drenagem de solos Resistência à erosão Fertilidade dos solos | Dimensão cultural Existência de bibliotecas, por município Existência de clubes, por município Existência de instalações desportivas e estádios, por município Existência de cinema, por município Existência de instituições de ensino superior, por município |

Fonte: Elaboração própria, a partir de Waquil et.al. (2010)

2.2.2. O planeamento como instrumento para atenuar as diferenças de desenvolvimento.

O planeamento pode ser entendido como forma ou modelo dinâmico e sistemático de enquadramento de ações ou políticas, neste caso de políticas territoriais. A melhoria da qualidade de vida da população constitui o objeto e a finalidade do planeamento e gestão do território, de que um dos instrumentos é o ordenamento territorial. Esta expressão significa a análise da distribuição dos locais destinados à habitação, às atividades produtivas e outras, num dado espaço, bem como das suas formas de utilização pelos diversos agentes envolvidos.

Há duas grandes categorias de fenómenos de carácter ou interesse territorial (Secchi, 1968, citado em Mafra e Silva, 2004: p.9):

- A primeira inclui os fenómenos de natureza cumulativa que levam à formação de centros urbanos de diversas dimensões; os que originam um desenvolvimento diferente dos diversos centros urbanos e também das grandes áreas ou regiões; os que levam ao estabelecimento de um determinado sistema de relações espaciais entre os diversos centros;

- A segunda grande categoria inclui os fenómenos que influenciam a distribuição da ocupação do território no interior dos diferentes centros urbanos ou áreas de acumulação populacional.

Os fenómenos enquadrados na primeira categoria são tradicionalmente classificados como fenómenos geográficos e os da segunda categoria como fenómenos urbanísticos. Em ambos os casos os espaços envolvidos podem ser objeto de políticas territoriais.

Entende-se por políticas territoriais o conjunto de normas e intervenções ditadas ou adoptadas pela iniciativa pública, tendo em vista, entre outros, o ordenamento do território, isto é, a formação e o desenvolvimento dos centros urbanos, a distribuição espacial da ocupação do solo no interior dos mesmos e nas regiões envolventes e a sua utilização por parte dos diversos agentes (Mafrá e Silva, 2004). Por planeamento do território entende-se uma estrutura analítica e estratégica, na sua essência um conjunto coerente de políticas que estabelecem ou modificam o ordenamento territorial, nas suas mais diversas vertentes.

Em termos gerais, as políticas territoriais, aliás como quaisquer outras políticas, pretendem transformar uma situação atual ou existente, numa situação desejável ou futura, através de um conjunto de ações que se designam por meios, instrumentos ou medidas de política. A situação existente é descrita através de uma análise de diagnóstico e a situação desejável por meio do estabelecimento ou fixação dos fins últimos e dos objetivos. Os instrumentos ou as medidas de política devem ser formulados e acionados em termos estratégicos e são, como é fácil de entender, a parte nuclear das políticas. É por isso que, algumas vezes, o termo políticas é utilizado para designar tão só esta parte de estratégia e de ação, em vez da globalidade do processo (Mafrá e Silva, 2004).

O modelo de política territorial não beneficia apenas de ter um conteúdo de análise teórica e doutrinal de natureza pluridisciplinar. Esta perspectiva proveniente de diversas disciplinas científicas é fundamental para compreendermos a globalidade do problema em presença, uma vez que as diversas perspectivas setoriais apenas nos permitem apreender uma parcela do fenómeno. Além disso, ganha também em revestir-se de uma abordagem sistémica, dada a complexidade das relações entre o homem e o território, interpretadas geralmente como formando o sistema ecológico ou ecossistema. A compreensão global dos fenómenos económicos e sociais não é possível se apenas

conhecemos uma ou algumas das duas componentes e não as inter-relações que as mesmas estabelecem. É a linha seguida por autores como Mcloughlin, em 1970 (citado em Mafra e Silva: 2004) ao descrever o planeamento regional e urbano como um processo integrado e cíclico, isto é, desenvolvido em sistema e por ciclos. Em cada um, distinguem-se fases bem definidas, tais como (Mafra e Silva, 2004: p.10):

- A análise da situação que, a partir da escala de valores em presença, revelará as necessidades dos indivíduos e grupos;
- A formulação dos fins e dos objetivos, de forma hierarquizada, tanto em termos espaciais como temporais;
- A inventariação das estratégias ou orientações de política e das linhas de ação necessárias para atingir os objetivos;
- O confronto das linhas de ação com os meios disponíveis, os seus custos e vantagens e as opções ou escolhas necessárias;
- A ação, isto é, a atuação através dos instrumentos e medidas que, modificando as relações do sistema, implicam a reiniciação de novo ciclo de horizonte temporal mais alargado.

É esta a essência dos planos, entendidos como modelos ou instrumentos simultaneamente descritivos, de previsão e, sobretudo, de ação, de forma a atingir-se a transformação desejável da realidade. Por isso, a componente de análise económica é fundamental: os problemas do planeamento e de gestão do território não podem prescindir de uma abordagem económica, no sentido da frontação das diferentes soluções relativamente ao aproveitamento eficiente de recursos escassos e de utilização alternativa. Ainda assim, é determinante não ignorar a importância da generalidade das perspectivas científicas setoriais essenciais à construção de uma visão pluridisciplinar das políticas territoriais, fundamental à construção de um quadro global de promoção da melhoria da qualidade de vida dos residentes num dado território.

A aplicação dos instrumentos de planeamento nos territórios, em concreto, consideram as diversas escalas territoriais, de natureza administrativa ou outra, criando uma certa hierarquia de planos. Os instrumentos do planeamento regional e urbano ajudam-nos a compreender os princípios e regras a nível nacional, regional e também municipal

(Caeiro, 2008). Entre estes instrumentos existe uma hierarquia clara. Os instrumentos de âmbito nacional definem o conjunto de normas e de princípios estratégicos, de acordo com os quais todos os restantes planos se devem articular. Os planos regionais, por seu turno, definem e articulam as políticas de desenvolvimento económico e social e de ordenamento do território de uma determinada região. Os instrumentos de natureza municipal dizem respeito à definição da política de uso do solo para um determinado local bem como definem a estratégia subjacente às ações de natureza económica e social, como sejam os investimentos, equipamentos, habitação social, educação, saúde ou outros.

2.3. O papel das cidades no desenvolvimento do território

2.3.1. Desenvolvimento e urbanismo

Ao longo dos tempos, a ligação entre o desenvolvimento económico e social dos territórios e a consolidação das cidades tem sido uma constante. No entanto, o termo urbanismo é relativamente recente. Surgiu pela primeira vez em 1910 da necessidade de solucionar os problemas urbanos, após um período (entre 1830 e 1850) em que a população europeia cresceu consideravelmente. Durante este período, as cidades caracterizavam-se pela insalubridade, falta de abastecimento de água e saneamento básico deficiente surgindo epidemias e doenças difíceis de controlar, as quais afetavam a generalidade da população.

Perante estes cenários, a ação pública surgia urgente, inevitável, através de ações de curto prazo. No decurso desta ação pública surge o urbanismo sanitário, cuja preocupação básica era melhorar as condições de salubridade nos territórios urbanos, coordenando a iniciativa privada, com objetivos públicos e gerais.

Dada a evolução que as cidades estavam a conhecer, ao nível das ideias, os primeiros teóricos a estudar e a propor formas para corrigir os problemas da cidade industrial polarizaram-se em duas correntes (Abiko, Almeida e Barreiros, 1995) :

- Os que defendiam a necessidade de recomeçar do princípio, contrapondo à cidade existente novas formas de convivência ditadas exclusivamente pela teoria. Foram os chamados urbanistas utópicos que procuraram corporizar a respectiva cidade ideal;

- Outros defendiam que era necessário resolver os problemas particulares e remediar os inconvenientes isoladamente, sem ter em conta suas conexões e sem ter uma visão global do novo sistema citadino. Neste caso incluem-se os funcionários e especialistas que introduziram na cidade os novos regulamentos de higiene e as novas instalações e que, tendo de encontrar os meios técnicos e jurídicos para levar a cabo estas modificações, dão origem à moderna legislação urbanística.

No início do século XX, a definição do que se entendia por cidade desenvolve-se em torno dos encontros de urbanistas, nos chamados Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. A Carta de Atenas, resultado de uma destas reuniões realizada no ano de 1933, define o que considera ser uma cidade funcional². Assim, a cidade era entendida como um organismo a ser concebido de forma funcional, na qual as necessidades do homem devem estar claramente enunciadas e resolvidas. Desse modo, preconiza-se a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, propondo em lugar do carácter e da densidade das cidades tradicionais, uma cidade na qual os edifícios se desenvolvem em altura e se inscrevem em áreas verdes e, por esse motivo, pouco densas. Este modelo de organização urbana influenciou muito, entre outras, as cidades europeias do período pós II Guerra Mundial bem como o projeto piloto da cidade de Brasília.

De um modo geral, o termo urbanismo é utilizado quase exclusivamente nos casos onde se irá desenhar ou projetar uma nova cidade, a partir de um espaço desocupado e vazio. Nos países em desenvolvimento, contudo, este não é o cenário habitual. Neste caso, procura-se solução atuando sobre o tecido urbano já existente, com recursos limitados e com todas as condicionantes de natureza social e política. Assim, a ação urbana distancia-se cada vez mais do urbanismo clássico, para se aproximar de um entendimento da cidade enquanto *empreendimento* (Abiko, Almeida e Barreiros, 1995: p.46). A cidade enquanto empreendimento deverá satisfazer às necessidades individuais e coletivas dos vários sectores de sua população, devendo articular-se para tanto, recursos humanos, financeiros, institucionais, políticos e naturais para sua realização, funcionamento e manutenção.

A este processo dá-se o nome de gestão urbana. A gestão urbana é, portanto, uma ação política, é uma componente do governo da cidade, responsável pela elaboração de

²http://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_de_Atenas (acedido em Novembro de 2012).

políticas públicas, pela sua concretização em programas e pela execução dos projetos (Abiko, Almeida e Barreiros, 1995: p.46).

Que relação existe entre as cidades e o desenvolvimento? São as cidades que provocam desenvolvimento ou é o desenvolvimento do território que dá origem ao crescimento e à expansão das cidades? A resposta a estas questões não é única. Ainda assim, é possível afirmar que o mundo em que vivemos é cada vez mais urbano, na medida em que cada vez é maior a proporção da população mundial que vive em áreas urbanas, em detrimento dos espaços rurais. A existência de taxas de urbanização mais elevadas regista-se tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento. Aliás, como veremos adiante, algumas das maiores concentrações urbanas localizam-se precisamente em países com menores níveis de desenvolvimento. Nestes casos em particular, para a dimensão urbana contribui muito o fenómeno do êxodo rural, sendo que os indivíduos se deslocam dos campos para as cidades quer na esperança de encontrar melhores condições de vida, quer como fuga a situações de conflito armado.

Ao longo da história, as cidades sempre cumpriram o papel de ‘ponto de encontro’, lugar de troca para comércio, como local privilegiado de residência para os mais abastados, como localização das funções governativas, financeiras, académicas e culturais. Na cidade encontrava-se a elite, quem tinha maior poder económico e financeiro e, também, quem tinha mais instrução. Desde então que as cidades continuam a cumprir a função de aproximar a diversidade de quem as habita e criar sinergias entre os diversos agentes presentes na urbe. Ainda hoje, a cidade já na sua forma de aglomeração, facilita as trocas, particularmente de conhecimento, de inovação, de partilha de tecnologia. As cidades, como um meio onde ideias circulam e são trocadas, tornam-se veículos essenciais de inovação, mudança e desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento rural. O interior é geralmente o primeiro a ganhar com a presença das cidades (Polèse, 1998).

Por isso, os agentes económicos preferem as aglomerações urbanas às áreas rurais; as rendas mais altas que pagam pelo uso dos lugares centrais são compensadas pela maior procura que lhes é dirigida. As cidades são os locais preferidos das famílias para residir, dos ativos para trabalhar, de todos os indivíduos para lazer, das empresas para negócios.

Precisamente porque a cidade tem a especialização e a diversidade que permite a confluência da oferta e da procura de bens e serviços, mais ou menos sofisticados.

Alguns teóricos começaram, mais recentemente, a discussão sobre o conceito de cidade ideal. Este conceito, de acordo com Weber (1991), considera que o tipo *ideal* é uma construção lógica que nasce de uma determinada realidade histórica, mas que com ela não se confunde. É um meio auxiliar, um instrumento de investigação, sem o qual seria impossível apreender os múltiplos sentidos da realidade. Uma vez construído, o tipo ideal pode servir de meio, em relação ao qual, outras realidades podem ser comparadas, não com o objetivo da adequação mas para apontar as suas especificidades.

A origem do conceito de ‘cidade ideal’ está diretamente relacionada com os impactes causados sobre as metrópoles, particularmente dos países desenvolvidos, pelo processo de globalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 70. O conceito de cidade ideal é a expressão de um processo histórico vivido por determinadas cidades e, como tal, procuram refletir a totalidade do seu movimento. As cidades globais são hoje um produto que resulta da forma como a produção, o comércio, o consumo ou a tecnologia se difundem e interligam. Existem cidades globais que podem ser metrópoles ou apenas cidades médias porque a tecnologia, a evolução nos sistemas de comunicação e transportes permitiram a mudança do perfil e das funções das cidades. No contexto atual, as cidades podem ser especializadas sem serem necessariamente grandes. As cidades podem ser mundiais, globais, apenas porque podem tirar partido de um conjunto de consumidores que procura os seus bens e serviços, que pode estar nas suas imediações mais próximas ou nos antípodas.

2.3.2. O caso das cidades africanas

Em África as cidades têm vindo a crescer de forma muito intensa. As cidades africanas crescem fundamentalmente por dois motivos:

- devido ao crescimento populacional muito elevado: ainda que as taxas de mortalidade e de natalidade sejam elevadas, são mais do que compensadas pela elevada taxa de fecundidade, que é de seis filhos por mulher. Ainda que a taxa de fecundidade tenha

vindo a diminuir nas últimas décadas, prevendo-se que em 2050 sejam de ser de 2,5 filhos por mulher ainda assim a taxa de fecundidade africana deverá ser a maior do mundo;

- devido à intensidade do êxodo rural: as populações abandonam os campos e dirigem-se para as cidades em busca de locais mais seguros, nos casos da existência de conflitos armados, e melhor qualidade de vida, emprego, educação, saúde. Outros fatores que estimulam o êxodo rural são as secas prolongadas, a crescente desertificação e a introdução das relações capitalistas no campo, com a formação de grandes fazendas em substituição às pequenas propriedades familiares.

O crescimento populacional na África é elevado, em especial na África Subsaariana. O crescimento demográfico em África está associado, sobretudo à grande proporção de população rural, a qual tem uma baixa qualidade de vida, baixos níveis de escolarização e índices de analfabetismo superiores a 70%, em muitos países. Aproximadamente 63% dos 905 milhões de africanos vivem no campo. Na África Subsaariana, esse número é ainda maior, chegando a 65% do total de habitantes, que se organizam em comunidades tribais, praticando agricultura coletiva de subsistência. Abaixa qualidade de vida da população rural africana é caracterizada pelo predominância da pobreza, da miséria, da falta de assistência médica - o que provoca elevadas taxas de mortalidade, em especial, a infantil – e elevados índices de analfabetismo.

A população urbana representa 37% do total de africanos e continua a aumentar, de forma acelerada por causa da rápida urbanização no continente, em especial, na África Subsaariana. A taxa de urbanização da África é de 3,2% ao ano, embora em alguns países esse valor seja mais elevado, como no Burundi (6,8%), em Ruanda (6,5%), na República Democrática do Congo (4,9%), em Uganda (4,8%) e em Angola (4,0%). O maior conglomerado urbano africano é o Cairo, no Egito, com 10,5 milhões de habitantes em 2005. Projeções da ONU indicam que, em 2025, a capital egípcia e Lagos, na Nigéria, terão mais de 15 milhões de habitantes, enquanto Kinshasa, na República Democrática do Congo, ultrapassará os 16,7 milhões de habitantes. No Cairo viverão 15,8% dos egípcios, em Lagos 7,5% dos nigerianos e em Kinshasa serão 15,6% da população da República Democrática do Congo.

O crescimento urbano em África concentra-se em torno de uma cidade principal, normalmente a capital do país, que tende a crescer de forma mais acelerada do que outros núcleos urbanos menores. Essas cidades, pólos de atração populacional, crescem rapidamente, sem planeamento, e não conseguem absorver os grandes contingentes populacionais que a elas afluem todos os anos. A urbanização acelerada e a formação de grandes cidades causaram uma série de problemas urbanos. Entre eles, a carência de infraestruturas, a falta de habitação de redes de acesso a água tratada, esgotos, energia elétrica e telefone, bem como o deficiente atendimento pelos precários serviços de saúde, educação, segurança e transporte.

Para satisfazer as necessidades dos residentes nas cidades seriam necessários avultados investimentos públicos, o que raramente acontece. Consequência disso, surgem os musseques. Atualmente, mais de um bilhão de pessoas vivem em musseques, em todo o mundo. Na África Subsaariana segundo dados da ONU, em 2007, a urbanização provocou o crescimento dos musseques de forma acelerada, principalmente nos países pobres, onde cerca de 72% da população urbana vivia em musseques. Na maioria dos países africanos, o crescimento acelerado das cidades, caracterizado predominantemente pela proliferação de estruturas urbanas informais, impõe aos técnicos de ordenamento e gestão urbana intervenções urgentes e, conseqüentemente, necessidades muito específicas de informação sobre o território (Henriques, 2004).

A cidade africana já não espelha apenas a dicotomia entre cidade e o campo, entre o urbano eo rural, entre o formal e o informal. Estas realidades tendem a desvanecer-se, cruzando-se, sobrepondo-se, justapondo-se a muitas outras que nela foram ganhando forma e expressão (Viana, 2010). Também de acordo com Viana (2010), o crescimento extensivo dos territórios urbanizados da cidade africana (e a ampliação administrativa dos respectivos limites) consolida as alterações da forma e estilos de vida dos cidadãos, as quais ocorreram em pouco tempo, contribuindo para a própria mudança da respectiva condição urbana. A Cidade Africana extensiva (como já referido, apenas aparentemente incompreensível e caótica) já não se explica apenas pela velha ordem urbana nem por princípios únicos de racionalidade, clareza, objetividade e ordem. Como refere Salvador (2004, citado em Viana, 2010, p:5), os engenhosos e criativos microssistemas alternativos aí encontrados, para resolver a urgência de habitar, constituem relevantes elementos de

análise, cujo conhecimento é indispensável na resolução dos grandes problemas urbanos, como também o é na avaliação das possibilidades de transformação e requalificação futura dos seus espaços urbanos.

O crescimento acelerado das cidades e a concentração urbana não significam, necessariamente, aumento da pobreza e do caos social. A Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que a urbanização pode ser um aspecto positivo, pois nenhum país, da era industrial, atingiu níveis de crescimento económico significativos sem urbanização. Segundo o mesmo documento da ONU, os governos deveriam preparar-se para o crescimento das cidades, atendendo às necessidades de saúde, educação, habitação e emprego da população. O desafio é encontrar recursos humanos e económicos para atingir esse objetivo. Por isso, uma das metas da ONU é mobilizar a ajuda internacional integrada, de modo a oferecer apoio, inclusive financeiro, para as ações desses países. Metade da população urbana da África tem menos de 25 anos de idade. Portanto, a inserção de jovens no mercado de trabalho e o acesso à educação de qualidade são importantes metas sociais para o continente, as quais se concretizam fundamentalmente nas cidades.

3. A PROVÍNCIA DO HUAMBO: Elementos de diagnóstico

3.1. Contexto Natural

A província do Huambo está situada sensivelmente no Centro de Angola. É limitada, aproximadamente, pelos paralelos 11° 28' e 13° 46' de latitude Sul e pelos meridianos 14° 59' e 16° 36' de longitude Este de Greenwich. Os seus limites naturais mais evidentes existem a Leste e a Sul com os rios Cutato, Cutato das Ganguelas e o rio Cunene no seu curso superior e a Oeste sensivelmente com a cadeia marginal de montanhas. Administrativamente é limitada ao Norte pelas Províncias do Cuanza-Sul e Bié, a Leste pelas Províncias do Bié, a Sul pela Província da Huíla e a Oeste pelas Províncias da Huíla, Benguela e Cuanza-Sul, com uma superfície aproximada de 35.771,15 km², representando 2,6% da extensão nacional (Marques, 1962: p.1).



Figura nº 1: Localização geográfica da província do Huambo.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Angola_Provinces_Huambo_250px.png (acedido em Janeiro, 2012).

3.1.1. Clima

A província tem um clima tropical frio, saudável e com sol na primavera. Encontra-se localizada na zona de climas alternadamente húmidos e secos das regiões intertropicais de ventos alisados. Devido à altitude, o clima é temperado (temperado quente), sendo a temperatura média anual normalmente inferior a 20°C e raramente descendo a 18°C. O mês mais frio é o de Junho e os meses mais quentes são os de Setembro e Outubro. De qualquer modo a temperatura média anual do mês mais quente não vai além de 22°C. A amplitude da variação anual da temperatura (diferença entre a temperatura média do mês mais quente e do mês mais frio) é inferior a 10°C.

A quantidade anual da precipitação anda à volta de 1.400 mm, com pequena variação, atingindo valores da ordem dos 1.200 mm na região sul. A irregularidade de distribuição das chuvas permite dividir o ano em duas estações, absolutamente distintas que são (Marques, 1962: p.7):

1. Estação seca ou do “cacimbo”(Maio a Setembro);
2. Estação das chuvas (Outubro a Abril).

O clima do Huambo é seco, andando a humidade relativa (média anual) à volta dos 60% a 70%, sendo mais elevada na época das chuvas - ronda entre 75 a 85% -, baixando no período do “cacimbo”, chegando a atingir valores da ordem dos 35% a 55%.

3.1.2. Geologia e geomorfologia

Sob o ponto de vista geológico, a província do Huambo é caracterizada por duas formações (Marques, 1962: p.6):

1. Uma mais antiga denotando um certo grau de metamorfismo – Complexo de base (gneisses e granitos muito metamorfizados);

2. Outro mais recente, de rochas eruptivas antecâmblicas e não datadas, de granitos, granodioritos e quartzodioritos, as quais ocupam a quase totalidade do território.

Os granitos são as rochas mais frequentes do Complexo de base e embora pertencentes a uma formação mais antiga, não se distinguem morfológicamente dos granitos mais recentes.

Geomorfologicamente, cerca de 86% da província do Huambo encontra-se a uma altitude compreendida entre 1500 e 2000 metros, só excepcionalmente os seus terrenos descem a uma cota inferior a 1300 metros ou sobem a 2500 metros.

O ponto mais elevado da província do Huambo situa-se a Sul do Luimbalo, no Morro do Moco, a uma altitude de 2.620 metros. No Huambo encontram-se numerosos picos, com altitude superior a 2.400 metros, incluídos na cadeia marginal de montanhas, que constitui o limite natural a Oeste da província. Para Norte, Leste e Sul da cadeia marginal de montanhas, o relevo constitui uma enorme peneplanície, através da qual emergem numerosos *inselberg*, e na qual os vales são largos, extensos e pouco profundos, apresentado os cursos de água declináveis, dum modo geral, bastante fracos.

3.1.3. Solos

Na província do Huambo verifica-se uma grande variedade de solos, proveniente de rochas eruptivas ou cristalofílicas, quartzíferas. De um modo geral são solos com reserva mineral fraca ou quase inexistente, relativamente pobres em matéria orgânica, argilosos ou argilo-arenosos nos horizontes subsuperficiais e de textura um pouco mais grosseira, fraco-argilo-arenosa ou mesmo fraco-arenosa nos horizontes superficiais.

O Ph destes solos, embora baixo, variável entre 5,5 e 6,5, está dentro dos limites aceitáveis para o desenvolvimento da maior parte das culturas tradicionais. Devido ao regime das chuvas e à tendência que estes solos têm para a laterização e degradação, com as técnicas culturais e de conservação deverão ser adequadas, de modo a que o potencial produtivo deste solos, já de si baixo, não se torne nulo ou insignificante. Devido à baixa capacidade produtiva dos solos, o recurso às fertilizações é inevitável.

3.1.4. Hidrografia

Na província do Huambo, no município da Chicala Choloanga nascem importantes rios para o país: Rio Cunene, Rio Queve, Rio Cutato e Rio Cubango.

O rio Queve toma a direcção Noroeste e desenvolve-se ao longo de 500 Km. A sua bacia hidrográfica é a mais importante da província, apresenta uma extensão total de 23.000 Km², dos quais sensivelmente metade pertence à província do Huambo.

O rio Cunene dirige-se para o Sudoeste e estende-se por 1160 Km, tendo no território Angolano uma bacia hidrográfica de 94.000 Km² e, propriamente na província do Huambo de aproximadamente 8600 km².

O rio Cutato (afluente do Cuanza) e o Cubango seguem-se em ordem de importância e dirigem-se, respectivamente para o Noroeste e para o Sul.

O rio Cuvira, afluente do rio Queve, é outro rio relativamente importante da província e a sua bacia hidrográfica é a única que drena águas de terrenos situados a Oeste da cadeia marginal de montanhas.

Todos estes rios têm numerosos afluentes, quase todos de caudal permanente, embora bastante reduzido na época seca (cacimbo).

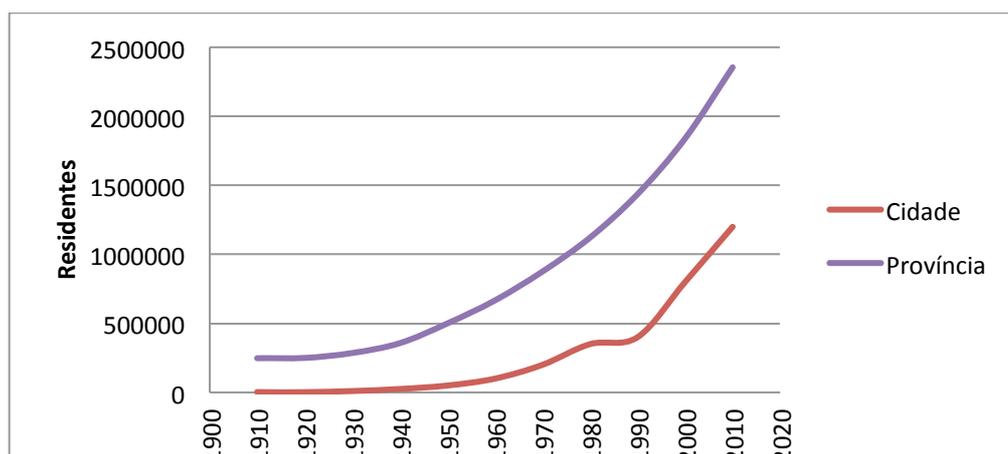
Este facto, resultante da quantidade relativamente elevada de precipitação na época das chuvas, confere à maior parte dos rios, e até de alguns riachos, a possibilidade de implementação de pequenos sistemas de regadio pela realização de diversas obras de hidráulica agrícola (represas e barragens), que permitem o armazenamento dos excedentes, verificados durante aquele período.

3.2. Demografia

Estima-se que no ano 2010 a população total da província do Huambo tenha sido de 2.355.454 habitantes, de etnia predominante umbundo, e com uma densidade populacional de, aproximadamente, 64 habitantes por km². Esta população é predominantemente jovem – cerca de 1.509.000 pessoas -, o que representa cerca de 65%

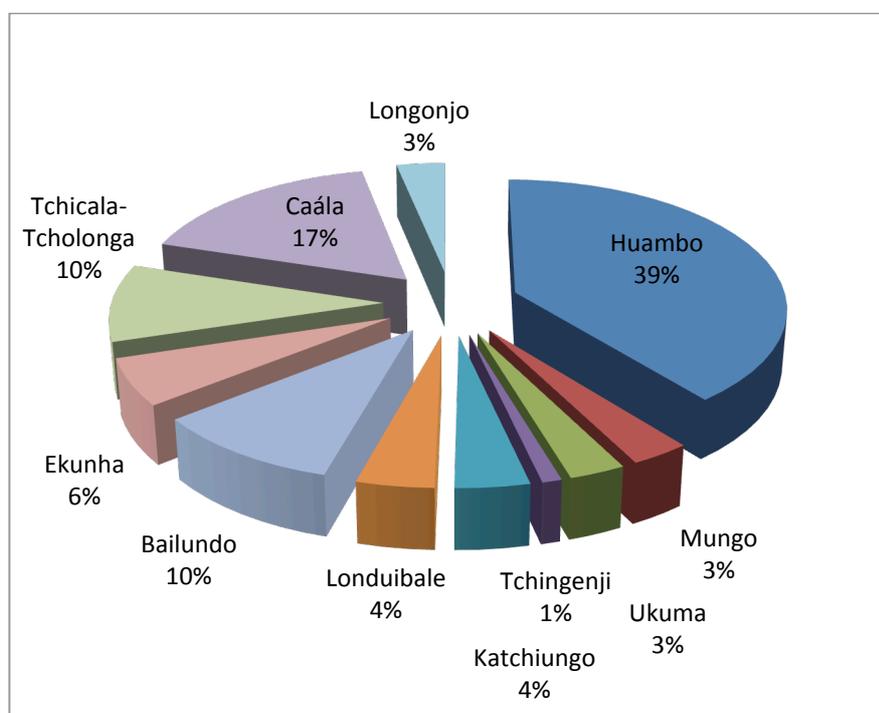
da população total. A população de Huambo tem uma idade média de 22,8 anos. Esta população revela também a tendência para a urbanização, na medida em que a principal concentração populacional retém quase 40% da população da província.

Gráfico 1: Evolução da População do Huambo entre 1910 e 2010



Fonte: Dentinho, 2012

Gráfico 2: Distribuição (%) da população residente no Huambo (por municípios)



Fonte: Elaboração própria, 2012, a partir de Governo da Província do Huambo (2010).

Optamos por apresentar alguns dados estatísticos sobre a população da província do Huambo, e sua evolução, ainda que estejamos conscientes das limitações que existem nos territórios subdesenvolvidos, em matéria tão importante como esta, pois, devemos sempre contar com a inexatidão das respostas, com os erros de anotação, de compilação e de apuramento da população.

3.3. Contexto Económico

3.3.1. Agropecuária

A agricultura constitui a principal atividade da população do Huambo economicamente cativa. As características mesológicas da província do Huambo, naturalmente, são o principal elemento para a avaliação da aptidão agrária da região. Contudo, a utilização do solo por certas atividades estará condicionada por determinantes da natureza económica e social. Apesar da distribuição das culturas depender das características ecológicas da região, do ponto de vista socioeconómico, destacam-se como aptidões agrárias da província do Huambo as seguintes: Florestas, Apicultura, Piscicultura, Pecuária, Fruticultura, Cultura do café arábica, Cultura do milho, batata, feijão e soja, Cultura hortícolas, Cultura do trigo (Amaral, 2004).

Historicamente coexistiram sempre na província do Huambo dois tipos de exploração agrícola que correspondem aos padrões culturais, sociológicos e económicos, distintos do ponto de vista dos objetivos, do tipo de relação entre unidades de produção e os agrupamentos humanos a eles ligados, da força de trabalho, da posição perante o mercado, da estrutura de custos de produção e dos fluxos de energia (Junta Provincial de Povoamento, 1971).

Quadro nº 2 Área semeada e produção prevista nas fileiras de cereais no Huambo (2011)

| Culturas | Milho | Massango | Massambala | Trigo |
|-------------------------|---------|----------|------------|-------|
| Área (ha) semeadas | 506.220 | 0 | 12.690 | 0 |
| Produção (Ton) Prevista | 253.110 | 0 | 5.076 | 0 |

Fonte: Elaboração Própria, 2012, a partir de dados disponíveis no Relatório do ano agrícola 2010/2011 do Ministério da Agricultura de Angola.

Assim, existe: i) o chamado sector tradicional (camponês ou familiar) e o ii) sector empresarial. O sistema de produção agrícola mais comum na província é o tradicional que representa 70% ou mais da produção agrícola (MINADERP, 2010); caracteriza-se pelo sistema de agricultura rotacional de pousios mais ou menos longos.

Quadro nº3: Área semeada e produção prevista nas fileiras das leguminosas (2011)

| Culturas | Feijão vulgar | Macunde | Soja | Amendoim |
|-------------------------|---------------|---------|-------|----------|
| Área (ha) semeadas | 198.791 | 2.194 | 9.186 | 10.607 |
| Produção (Ton) Prevista | 79.516 | 878 | 2.756 | 4.243 |

Fonte: Elaboração Própria, 2012, a partir de dados disponíveis no Relatório do ano agrícola 2010/2011 do Ministério da Agricultura de Angola

O milho, a batata e o feijão, nalgumas regiões do Huambo, possuem uma enorme importância económica e social. Em relação ao milho, massango e massambala, verificou-se que a produção prevista por tonelada foi inferior à área semeada, devido a temperatura e a luminosidade média serem nitidamente inferiores aos óptimos das zonas mundialmente consideradas mais favoráveis, o que se traduziu num alongamento do ciclo vegetativo destes cereais (MINADERP, 2010). A baixa fertilidade dos solos, e a sua natureza física, o relevo e a erosão, são outros tantos fatores que contrariam, e que quando não devidamente considerados, limitam o desenvolvimento das culturas anuais da região.

Quadro nº 4 Área semeada e produção prevista nas fileiras de raízes e tubérculos (2011)

| Culturas | Mandioca | Batata Rena | Batata Doce |
|-------------------------|----------|-------------|-------------|
| Área (ha) semeadas | 19.192 | 21.337 | 10.649 |
| Produção (Ton) Prevista | 209.825 | 128.022 | 106.490 |

Fonte: Elaboração Própria, 2012, a partir de dados disponíveis no Relatório do ano agrícola 2010/2011 do Ministério da Agricultura de Angola

Quanto à cultura dos tubérculos, além de alguns dos fatores já apontados, há ainda que referir a susceptibilidade às geadas nalgumas zonas, em determinadas épocas do ano. Igualmente são de salientar as condições favoráveis para o desenvolvimento de mildio nalguns períodos do ano, aspecto que se não for considerado através de tratamentos

preventivos oportunos ou pela utilização de variedades resistentes, pode igualmente ser limitante para a cultura.

Na avaliação das potencialidades da província para a produção de culturas hortícolas, consideram-se separadamente as duas épocas (Maio a Setembro” época seca ou cacimbo” e Outubro a Abril “ época chuvosa”), completamente distintas, em que se pode dividir o ano agrícola e durante as quais as condições para o desenvolvimento das diferentes espécies hortícolas são bem diferenciadas e interferem mais ou menos intensamente nas técnicas culturais a aplicar e no êxito das culturas (Marques, 1962: p.20). Por exemplo, embora as condições climáticas do planalto não sejam as mais favoráveis para a cultura do trigo, elas permitem, no entanto, que a cultura se realize não só durante o inverno (sementeiras em Maio), mas igualmente no verão (sementeiras em fevereiro).

A produção agrícola decaiu gravemente nos últimos anos devido, essencialmente, ao facto dos camponeses terem sido confrontados com a falta de assistência técnica, de fatores produtivos, com a destruição do sistema de comercialização rural, e ainda por muitos deles terem abandonado as suas terras por causa da instabilidade militar que afetou todo o território Angolano (MINARS, 2010). Além destes, outros fatores são habitualmente identificados como responsáveis pelo baixo rendimento do sector agrícola (MINADERP, MINARS, 2010):

1. Dificuldades de obtenção de sementes;
2. Fraco poder germinativo das sementes utilizadas (locais e importadas);
3. Não cumprimento das Normas técnicas;
4. Baixa fertilidade dos solos e falta de uso de fertilizantes;
5. Preços elevados de insumos agrícolas;
6. Escassez ou inadequação das ferramentas agrícolas.

Com a estabilidade que o país está a viver, os camponeses têm vindo a regressar às suas áreas de origem. Neste contexto, o apoio com sementes e outros fatores produtivos agrícolas básicos, às famílias, assegurado pelas instituições do Estado, ONGs, não conseguiu satisfazer a procura existente (MINADERP, 2010). Além destes, ainda podemos referir que crescem, entre outros, os problemas verificados no domínio

institucional: i) desmotivação dos técnicos (baixos salários, falta de transportes e outros meios de trabalho) e ii) inexistência de programas concretos de intervenção.

Quanto à produção animal, pode dizer-se que as características agroclimáticas do planalto central são favoráveis à exploração do gado bovino de corte e de leite em regime semi-intensivo ou intensivo. A exploração de bovinos só é possível com sistemas especiais de ordenamento da pastagem que conduzam ao melhoramento da pastagem natural (por rotação dos pastos com parqueamento e pelo rebaixamento das pastagens), e através da introdução de espécies forrageiras melhoradas e com recurso a fertilizantes, procurando uma alteração rápida e possível da composição florística da pastagem natural (Marques, 1962: p.16). Na medida em que a densidade populacional é elevada e considerando as restrições decorrentes da Lei de Terras – aproveitamento das concessões efetuadas para fins exclusivamente pecuários ou mesmo agropecuário - a evolução da bovinocultura deverá acompanhar a evolução no campo agrícola, de tal modo que ao alimentar uma cabeça de gado seja possível fazê-lo da forma mais rentável possível.

Quadro nº 5 Efetivo Pecuário existente e controlado na província (Unidade)

| | Anos | | | |
|----------|---------|---------|-----------|-----------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 |
| Bovinos | 65.500 | 65.500 | 97.018 | 103.360 |
| Equinos | 100 | 100 | 0 | 0 |
| Asininos | 650 | 650 | 0 | 0 |
| Caprinos | 420.900 | 420.900 | 984.276 | 984.276 |
| Ovinos | 44.000 | 44.000 | 5.319 | 5.319 |
| Suínos | 240.000 | 240.000 | 1.567.190 | 1.567.190 |
| Aves | 379.000 | 379.000 | 4.908.395 | 4.908.395 |

Fonte: Elaboração Própria, 2012, a partir de dados disponíveis no Relatório de atividade do Departamento de Produção, Tecnologia e Industrial Animal de 2011, do Ministério da Agricultura

A suinicultura sendo viável está, no entanto, sujeita a condicionalismos de ordem sanitária (peste suína africana). A reprodução de suínos é muito rápida e o porco constitui um ótimo aproveitamento para os excedentes e subprodutos da exploração agrícola. A avicultura constitui, por seu turno, outra atividade de interesse, desde que conduzida racionalmente, prevenindo sobretudo a sua proteção contra doenças mais comuns.

Quadro nº 6: Gado abatido nos matadouros municipais e locais de matança no Huambo

| | Anos | | | |
|----------|-------|-------|-------|-------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 |
| Bovinos | 5.325 | 4.596 | 4.374 | 6.467 |
| Equinos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Asininos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Caprinos | 1.572 | 510 | 3.177 | 3.198 |
| Ovinos | 201 | 57 | 127 | 251 |
| Suínos | 616 | 286 | 64 | 695 |
| Aves | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Elaboração Própria, 2012, a partir de dados disponíveis no Relatório de atividade do Departamento de Produção, Tecnologia e Industrial Animal de 2011, do Ministério da Agricultura

Um dos problemas que o sector pecuário enfrenta são os baixos rendimentos associados à atividade. Entre estes destacam-se os seguintes (MINADERP, 2010): i) a falta de comercialização, ii) fraco trabalho de renovação dos efetivos pecuários; iii) baixos índices de produtividade e iv) a ocorrência e o pouco controlo de várias doenças, tais como a tuberculose e a brucelose no gado bovino e a peste suína.

3.3.2. Turismo, Comércio e Indústria

A província do Huambo apresenta-se como um pólo turístico potencial que oferece diversos atrativos: a Granja Pôr do Sol, Jardim Zoológico, o Centro de Desenvolvimento da Chianga, as Albufeiras do Cuando, N'gove, as Águas Térmicas do Wama, Lépi, o Complexo Turístico da Ilha dos Amores na Ekunhas, as Pedras do Kave na Caála, entre outros. Destaca-se também pela sua cultura: as danças tradicionais, produção artesanal e culinária huambense. Estas características do património natural e construído, uma vez reabilitadas e disponibilizadas, propiciarão um novo alento à promoção do destino turístico junto de diferentes turistas nacionais e estrangeiros.

Apesar do potencial turístico da região, observam-se uma série de entraves que dificultam o desenvolvimento da atividade turística tais como: carência e/ou deficiência nas infraestruturas, serviços de transportes, segurança pública, informação turística, qualificação dos recursos humanos direcionados ao sector de turismo, redes de comunicação, saneamento básico e energia.

O turismo deve ser entendido como uma das principais alternativas de desenvolvimento económico sustentável para a província do Huambo. Contudo, para tal é necessário um esforço conjunto entre o governo, comunidade e o sector privado, no sentido de investir em infraestruturas, capacitação e desenvolvimento do capital social das comunidades a serem beneficiadas pelo turismo.

Para a circulação, distribuição e comércio de mercadorias e serviços, a infraestrutura comercial contava, nos anos 70, com uma densa rede de estabelecimentos que empregavam muitas pessoas, e também com os chamados mercados rurais, (quadro nº 7).

Quadro nº 7: Estabelecimentos Comerciais e Mercados Rurais

| Designação | 1973 | 2012 |
|-------------------------------|-------|------|
| • Estabelecimentos comerciais | 4.121 | 407 |
| • Mercados Rurais | 58 | 0 |

Fonte: Elaboração Própria, 2012, a partir de dados disponíveis no Ministério do Comércio de Angola.

Em 1973, existia em Angola um estabelecimento comercial por cada 204 pessoas, o Huambo concentrava 1/3 desta rede comercial. Fora das áreas urbanas existiam mercados rurais. A paragem da circulação rodoviária, a fixação administrativa dos preços agrícolas, a sobrevalorização da taxa de câmbio e a insegurança militar foram factores que provocaram deslocação das populações rurais; o comércio rural morreu e apenas através da permuta se realizam as trocas.

Antes, o mercado rural contribuía para integrar o campo na economia de mercado e para acelerar a promoção económica e social das populações rurais, ajudando a estimular a produção agropecuária pela fixação de preços mínimos justos para os produtos a transacionar (Vicente, 1996, p.38). Atualmente, a rede comercial foi substituída pelos mercados paralelos, não existe ligação entre os mercados paralelos urbanos e as áreas rurais. Esta alteração, ainda de acordo com Vicente (1996), pode ser um dos factores que dá origem à migração dos camponeses para a periferia urbana, de modo a aproximarem-se dos mercados paralelos existentes na cidade.

Atualmente, o comércio da Província é caracterizado por uma rede de estabelecimentos comerciais em fase de reactivação; a oferta de produtos básicos, para o consumo da população, tem vindo a melhorar desde o ano 2000. Actualmente este sector tem em

funcionamento 407 estabelecimentos comerciais dos quais 323 estão situados no município sede, Huambo.

Antes da eclosão dos conflitos armados, a Província do Huambo possuía o segundo parque industrial do país representado pelas indústrias Metalomecânica, Química, de Materiais de Construção, bicicletas, TV, Têxteis, Confecções, Couros e Calçados, Alimentação, Bebidas e Tabaco, Madeira e Mobiliário. Atualmente estas atividades encontram-se praticamente paralisadas, devido às destruições e saques de que foram alvo.

Entretanto existem algumas unidades industriais, do ramo alimentar e da indústria ligeira e pesada, que laboram muito aquém da capacidade instalada, num total de 65 unidades, destacando-se a ULISSES, para montagem de bicicletas e motorizadas, e a fábrica de refrigerantes SEFA (Amaral, 2004: p.465). A indústria extractiva, por seu turno, está inoperante apesar da Província contar com inúmeros recursos minerais tais como Manganês, Bário, Ferro, Fósforo, Radioativos, Volfrâmio, Caulino, Grafite, Ouro e Cobre com potencialidade de exploração.

3.4 Infraestruturas

3.4.1. Água

A água é um recurso natural indispensável a vida, essencial a manutenção da saúde e a garantia da qualidade de vida das populações. O acesso a água para sempre é uma necessidade humana elementar e um direito humano fundamental (PNUD, 2006). Por isso, esta questão é determinante não apenas no contexto da província de Huambo, como em todo o país.

Após a assinatura dos acordos de paz, foram formuladas reformas significativas nos sectores de Água e Saneamento, de que destacamos: a aprovação da Lei das Águas em 2002, Estratégia para Desenvolvimento do Sector das Águas em 2003 e o Programa de Desenvolvimento das Águas em 2004.

O sector da água na província do Huambo enfrenta limitações e carências ao nível do abastecimento e saneamento. O período de guerra que o país viveu provocou a destruição

de muitos sistemas de água. Na província de Huambo existem dois sistemas de abastecimento de água (Benguela, 2004): o sistema público – que é controlado pela Direção Provincial de Energia e Águas – e o sistema privado – que é constituído por poços a manivelas, cacimbas e nascentes. O estado atual dos sistemas de abastecimento de água é ainda precário devido, entre outros motivos, à degradação das estações de tratamento de água (ETARs). Na maior parte da parte da província, as infraestruturas de abastecimento estão obsoletas, quer em termos físicos como da sua capacidade de resposta: cerca de 80% dos sistemas urbanos e suburbanos encontra-se obsoleto. Como as condutas estão deterioradas, as perdas na distribuição são muito elevadas; também é deficiente o abastecimento, por exemplo, às indústrias agro-alimentares, devido à escassez, irregularidade e baixa qualidade da água. No meio rural, cerca de 90% da população não dispõe de água potável.

A falta de condições da água, e no acesso à água, têm contribuído para uma grande variedade de doenças, podendo desencadear problemas de saúde pública (como exemplo temos as doenças diarreicas agudas, cólera, febre tifoide e a meningite). Por sua vez, a ineficiência no sistema de distribuição ou indisponibilidade de água potável, para uso humano, podem gerar comportamentos de risco tais como o mau acondicionamento e a procura por outras fontes inadequadas ao consumo. A existência de água potável, em quantidade e qualidade adequada é fundamental para o controlo e prevenção de doenças, tais como, doenças diarreicas agudas, cólera, febre tifoide, meningite, que têm provocado um elevado número de mortes, principalmente entre as crianças (Benguela, 2004).

3.4.2. Energia

A oferta de energia em toda a área da província é bastante precária, resumindo-se, praticamente, às sedes dos municípios. Nas áreas urbanas o fornecimento de energia cobre quase todas as habitações. Já na área rural, a taxa de cobertura é residual. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011), apontam que na província do Huambo dos 623 agregados familiares, 1,1 estão sem iluminação, 11,1 tem eletricidade da rede,

67,7 utilizam candeeiro, 6,3 utilizam lenha, 4,0 utilizam vela, 4,7 utilizam geradores e 5,1 outras fontes de energia.

A produção de energia faz-se a partir de grupos geradores movidos a óleo diesel. A paralisação parcial de alguns grupos geradores e a inoperância da rede de distribuição da periferia, são as actuais características principais do sector. O fornecimento regular de energia, nas condições em que é realizado, pressupõe que não se registem carências de combustível e avarias que ultrapassem as capacidades técnicas locais de recuperação. A título de exemplo, refira-se que para um fornecimento de 12 horas de energia no município sede da Província, seriam necessários 15.000 litros/dia de diesel. Este sistema de produção é pois bastante dispendioso e de difícil manutenção. O desenvolvimento de estratégias geradoras de energia, nomeadamente, a instalação de centrais Mini-hídricas para o aproveitamento das potencialidades hidrográficas da Província e sistemas de energia solar e eólica, poderão vir a revelar-se mais vantajosas e de baixo custo de exploração (INE, 2011).

3.4.3. Obras Públicas

As estradas, que ligam a periferia (zona de grande produção agrícola) aos grandes centros urbanos de consumo (sedes Comunais, Municípios e mesmo da Província), estão num elevado estado de degradação, dificultando a circulação de pessoas e bens. As estradas, que ligam a Província aos outros pontos do território, estão igualmente degradadas, com a agravante de existirem cerca de 80% de pontes destruídas (MAT, 2011).

Quadro nº 8: Pontes destruídas nas Principais vias de ligação com o litoral e Interior

| Nº | Troços de Ligação | Dimensão | SUP/Ton | Situação |
|----|--|-------------|---------|-------------|
| 1 | Ponte sobre o rio Chicanda I/ Caála-Longonjo | 25m x 3m | 30 | Por reparar |
| 2 | Ponte sobre o rio Chicanda II/ Longonjo-Ukuma | 80m x 6m | 40 | |
| 3 | Ponte sobre o rio Cuiva/ Longonjo-Ukuma | 27m x 5m | 30 | |
| 4 | Ponte sobre o rio Ponga I/ Ukuma-Tchindjendje | 80m x 6m | 40 | |
| 5 | Ponte sobre o rio Ponga II/ Ukuma-Tchindjendje | 8.10m x 3m | 30 | |
| 6 | Ponte sobre o rio C. Cumbulo/ Ukuma-Tchindjendje | 38m x 4.2m | 40 | |
| 7 | Ponte sobre o rio Cuati | 13m x 4m | 30 | |
| 8 | Ponte sobre o rio Colongue/ Huambo-Balombo | 54,24m x 6m | 40 | |
| 9 | Ponte sobre o rio Kuito/ Huambo-Balombo | 24m x 5m | 40 | |
| 10 | Ponte sobre o rio Hama/ Huambo-Balombo | 24m x 5m | 40 | |
| 11 | Ponte sobre o rio Hama/Alto Hama-Bailundo | 68m x 5m | 65 | |
| 12 | Ponte sobre o rio Cutato/Huambo-Kuito | 39m x 5m | 40 | |
| 13 | Ponte sobre o rio Cuchi/ Huambo-Kuito | 24m x 5m | 40 | |
| 14 | Ponte sobre o rio Calai/Huambo-Lubango | 96m x 6m | 60 | |

Fonte: Ministério da Administração do Território, 2011

Quadro nº9: Troços das Principais ligações Rodoviárias

| Nº | Troços de Ligação | Direção | Dimensão (Km) | Reparada |
|----|-------------------------------|----------|---------------|----------|
| 1 | Huambo-Alto Hama- K. Sul | Norte | 100 | Sim |
| 2 | Huambo-Caála-Cuma- Catata | Sul | 115 | Sim |
| 3 | Huambo-Cruzeiro-Chinguar | Leste | 76 | |
| 4 | Huambo-Ukuma-Tchindjendje | Oeste | 112 | Sim |
| 5 | Alto Hama-Ussoque | Oeste | 60 | Sim |
| 6 | Alto Hama-Bailundo-Catchiungo | Nordeste | 100 | Sim |
| 7 | Cruzeiro-Sambo-Chinguar | Sudoeste | 104 | sim |
| 8 | Cuima-Ngove | Sudoeste | 60 | |
| | Total | | 727 | |

Fonte: Ministério da Administração do Território, 2011

3.4.4. Transportes e Comunicações

O sector dos Transportes rodoviários, à semelhança dos demais, apresenta atualmente um quadro bastante degradado. Contudo, com a reativação do sistema do transporte de passageiros intermunicipal e urbano já se verificam melhorias na circulação de pessoas e bens. Entre os Municípios e sedes Comunas, existiam muitas dificuldades nos troços rodoviários, provocando uma fraca capacidade de escoamento de produtos devido ao número reduzido dos meios de transporte.

O emblemático caminho de ferro de Benguela não foge à regra, no que toca à sua prestação. Porém, continuam os esforços de reabilitação deste troço ferroviário, numa extensão aproximada de 137 quilómetros, no espaço que medeia entre os limites fronteiriços no sentido Este/Oeste da Província; já foram reabilitados 30 quilómetros no troço Santa Iria-Caála (MAT, 2011).

No domínio do transporte aéreo, pese embora as grandes dificuldades que apresenta o estado técnico da pista do aeroporto de Huambo, regista-se uma atividade significativa: uma média de 1.335 voos de passageiros e 750 voos de carga por mês. Para além dos esforços na recuperação desta pista, está em construção uma nova pista alternativa de 3.000 metros.

Na área das telecomunicações, a infraestrutura atual é insuficiente devido à degradação dos meios técnicos e respectivos imóveis. Os telefones fixos não chegam a todos os municípios, e os telefones móveis estão disponíveis apenas nas sedes municipais e em algumas comunas, com cobertura das operadoras Moviciel e UNITEL. A reabilitação e extensão das linhas telefónica é uma preocupação das autoridades locais.

A produção de programação de TV regional e nacional é feita por uma única emissora, a “TPA”. O rádio é o principal electrodoméstico, podendo ser encontrado em praticamente todas as casas da zona urbana e também da zona rural, constituindo-se no principal veículo de notícias para os moradores da região. Nas sedes municipais já encontramos a utilização de antenas parabólicas e também o uso de internet.

3.5. Contexto Social

Antes de mais começamos por sintetizar algumas questões que caracterizam e condicionam o contexto social na nossa área de estudo. Analisando de forma breve os indicadores sociais, consideramos que deveremos destacar a migração, mortalidade infantil, desnutrição e óbitos por doenças transmissíveis, como é o caso da malária, diarreia, doenças respiratórias, entre outras. Estas variáveis estão associadas a baixos níveis de saneamento básico e de serviços de saúde pública, às más condições de habitação, bem como à necessidade de aumentar a escolaridade, uma vez que a taxa de analfabetismo ainda é muito elevada. Na dimensão ambiental do desenvolvimento destacamos o facto de permanecerem muito elevados os óbitos por doenças respiratórias, o que resulta do facto nociva da qualidade do ar respirado pela população não ser de boa qualidade. A falta de informação sobre práticas ambientais saudáveis – por exemplo, informação sobre desmatamento -, tem contribuído muito para as características da qualidade do ar. No domínio institucional, o baixo número de funcionários nas instituições públicas e privadas com cursos universitários, condiciona o funcionamento e o desempenho das instituições.

3.5.1. Migração

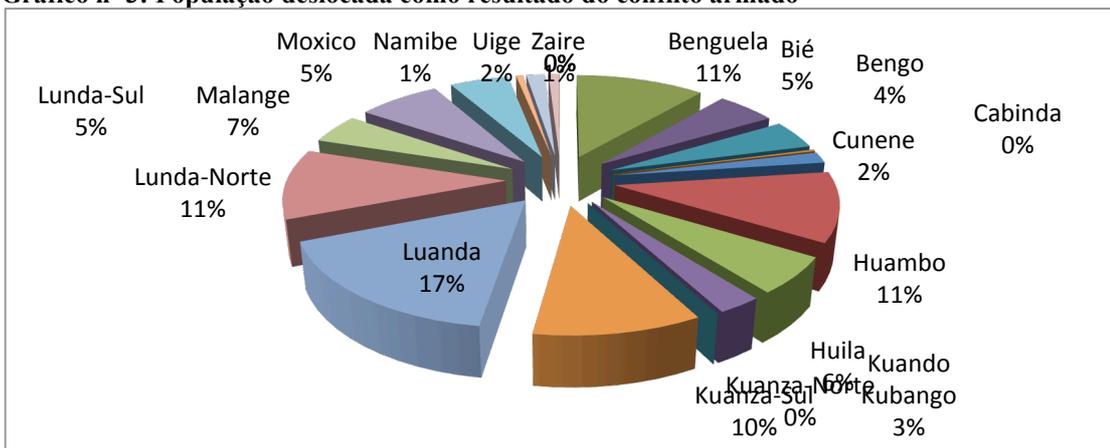
Vejamos, em primeiro lugar quais as principais mudanças sócio-demográficas que a província de Huambo viveu, sobretudo como resultado do conflito armado que se verificou de 1961 a 2002 (MINARS, 2010):

1. Deslocação das famílias das zonas rurais para as zonas urbanas;
2. Emigração para os países vizinhos (Namíbia, Zâmbia e República Democrática do Congo);
3. Emigração para formação no exterior (estudantes bolseiros que se encontram no exterior formados que não regressaram);
4. Militarização da população das aldeias;
5. Alta taxa de mortalidade infantil;
6. Baixo índice de escolaridade em crianças adolescente;

7. Baixo índice de acesso a água potável e saneamento básico;
8. Baixo índice de cobertura de vacinação em crianças com menos de um ano.

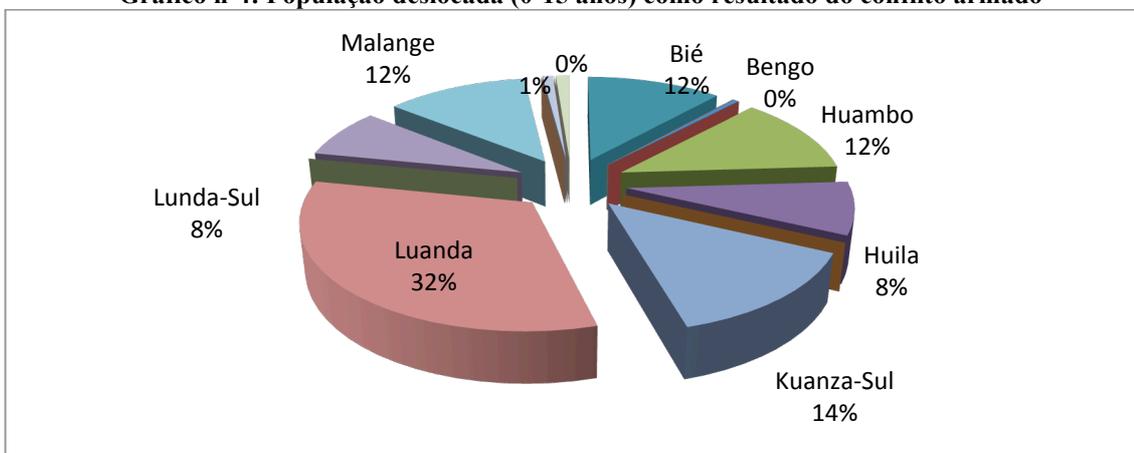
O êxodo rural na província do Huambo, reduziu a capacidade produtiva das áreas rurais por não ter sido acompanhado por investimentos produtivos de capital intensivo, apoiados por ações de extensão da administração do Estado e fornecimento de bens e serviços públicos, em grande parte devido a constrangimentos diretos e indiretos associados a guerra. Por isso, verifica-se hoje a fraca rentabilidade das explorações agrícolas. Além disso, das principais características sócio-demográficas decorre que os níveis de qualidade de vida da população são ainda bastante condicionados pelo acesso à saúde, à educação e ao saneamento básico.

Gráfico n° 3: População deslocada como resultado do conflito armado



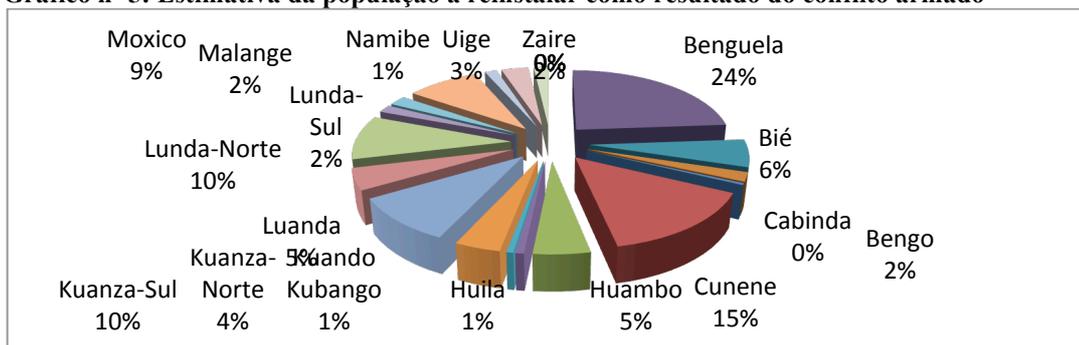
Fonte: Elaboração própria a partir do quadro n° A4 em Anexo

Gráfico n°4: População deslocada (0-15 anos) como resultado do conflito armado



Fonte: Elaboração própria a partir do quadro n° A4 em Anexo

Gráfico nº 5: Estimativa da população a reinstalar como resultado do conflito armado



Fonte: Elaboração própria a partir do quadro nº A4 em Anexo

3.5.2.Saúde e assistência

Um dos sectores sociais que mais atenção tem merecido é o sector da saúde, dado afetar de forma determinante todos os restantes sectores da província.

A maioria das infraestruturas que apresentamos de seguida encontram-se degradadas, não só devido à violência direta da guerra, mais também, e em grande medida, devido aos efeitos indiretos dela resultantes, como sejam, grandes fluxos de doentes, para os quais as infraestruturas não tinham capacidade de acomodação e tratamento. Consequentemente, isso daria origem à falta de manutenção das estruturas físicas, dada exiguidade de fundos e a prioridade ter sido atribuída ao tratamento e aquisição de medicamentos. Ainda assim, o fornecimento de medicamentos e material médico-sanitário tem sido irregular e insuficiente, pelo que grande parte da população do Huambo sujeita-se a caminhar longas distâncias das zonas rurais e mesmo das zonas peri – urbanas para ter acesso à assistência médica.

As infraestruturas sanitárias que se encontram em melhor estado de conservação e manutenção, situam-se no centro das cidades, ou seja, em algumas capitais de alguns municípios minimamente organizados, e encontram-se abrangidos por programas desenvolvidos por doadores ou ONG que os financiam. O Governo da Província do Huambo, no âmbito do seu Plano de Investimento Público (PIP), tem vindo a desenvolver acções limitadas de investimentos no sector da saúde, essencialmente em municípios e comunas de grande densidade populacional.

Quadro nº 10: Estrutura da rede sanitária da Província do Huambo

| Municípios | Hospitais | | Centros | | Postos | |
|--------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|
| | Funcionais | Não Funcionais | Funcionais | Não Funcionais | Funcionais | Não Funcionais |
| Huambo | 3 | 1 | 10 | 0 | 10 | 3 |
| Caála | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 18 |
| Ekunha | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 5 |
| Longonjo | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 8 |
| Ekuma | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Tchindjendje | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Cathiungo | 1 | 1 | 0 | 3 | 0 | 8 |
| Tchicala | | | | | | |
| Tcholoanga | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 6 |
| Bailundo | 1 | 1 | 0 | 3 | 1 | 0 |
| Mungo | 0 | 1 | 0 | 3 | 0 | 4 |
| Londuibali | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 4 |
| Total | 7 | 5 | 18 | 12 | 12 | 59 |

Fonte: Ministério da Administração do Território, 2011

A assistência sanitária à população desenvolve-se em toda a província, com maior destaque nas sedes municipais. A rede sanitária é composta por 12 hospitais, 30 centros de saúde dos quais apenas 18 funcionam e 71 postos de saúde apenas 12 estão em funcionamento.

O quadro epidemiológico da Província é caracterizado por doenças transmissíveis, destacando-se a malária, diarreia, e infecções respiratórias (quadro nº 11). A malária é a endemia que representa a principal causa de morbi-mortalidade. Quanto à transmissão, podemos verificar no quadro que a uma redução acentuada de 2005 a 2007.

Quadro nº 11: Doenças transmissíveis mais frequentes de 2005 a 2007

| Doenças | 2005 | 2007 |
|-----------------------|-------------|-------------|
| Malária | 616.410 | 104.405 |
| Doenças Diarreicas | 97.428 | 12.577 |
| Doenças Respiratórias | 181.492 | 19.136 |
| Má Nutrição Aguda | 4.777 | 240 |

Fonte: Elaboração própria, 2012, a partir dos dados disponíveis no Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da população, (Relatório Vol. II), Instituto Nacional de Estatística, 2011.

Mesmo não tendo toda a informação disponível é possível verificar no quadro nº 12 que a meningite, sendo uma doença potencialmente mortal, com uma alta taxa de letalidade,

baixou consideravelmente os casos de transmissão de 2005 a 2007; a Shistosomiase, por seu turno, aumentou os casos de transmissão de 2005 a 2007, ao passo que para as restantes doenças não é possível fazer comparação por falta de informação.

Quadro nº 12: Casos de doenças transmissíveis no Huambo de 2005 a 2007

| Doenças | 2005 | 2007 |
|----------------------|-------------|-------------|
| Meningite | 78 | 29 |
| Shistosomiase | 224 | 642 |
| Yiroftalmia | 20 | 0 |
| Oncocercose | 6 | Nd |
| Tuberculose pulmonar | 982 | Nd |
| Sarampo | 32 | Nd |
| Tripanossomiase | Nd | Nd |
| Tosse Convulsa | 59 | Nd |
| Lepra | 147 | Nd |
| Sida | 107 | Nd |
| Síndrome Ictericio | 76 | Nd |
| Desintéria | Nd | 4.921 |
| Cólera | Nd | 493 |
| Febre tifóide | Nd | 1.284 |
| Paralesia Flácida | Nd | 22 |
| Outras | 185 | 115 |

Fonte: Elaboração própria, 2012, a partir dos dados disponíveis no Inquerito Integrado sobre o Bem-Estar da população, (Relatório Vol II), Instituto Nacional de Estatística, 2011

As doenças respiratórias e diarreicas, junto com a malária têm sido as principais causas de mortalidade, no quadro nº 13, verifica-se que em relação a malária e a diarreia a diminuição acentuada de óbitos de 2005 a 2007, ao passo que as doenças respiratórias os óbitos diminuíram significativamente de 2005 para 2006, voltando a subir em 2007, com o caso registado (de 3 casos para 4 casos).

Quadro nº 13: Óbitos por doenças transmissíveis com maiores frequências de 2005 a 2007

| Doenças | 2005 | 2006 | 2007 |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|
| Malária | 1.981 | 113 | 102 |
| Diarreia | 122 | 13 | 5 |
| Doenças respiratórias | 16 | 3 | 4 |

Fonte: Elaboração própria, 2012, a partir dos dados disponíveis no Inquerito Integrado sobre o Bem-Estar da população, (Relatório Vol. II), Instituto Nacional de Estatística, 2011

Em relação ao quadro nº 14, podemos ver que os casos de óbitos resultante da transmissão da meningite, diminuíram de 2005 para 2006 (4 casos), e voltando a subir o

numero de óbitos em 2007, o mesmo aconteceu com a má nutrição que o numero de óbitos subiu de 2005 a 2007, a cólera diminuiu de 2006 para 2007.

Quadro nº 14: Óbitos por doenças transmissíveis no período de 2005 a 2007

| Doenças | 2005 | 2006 | 2007 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| Meningite | 10 | 6 | 15 |
| Tuberculose pulmonar | 86 | Nd | 28 |
| Sida | 4 | Nd | Nd |
| Má nutrição aguda | 29 | Nd | 93 |
| Cólera | Nd | 35 | 15 |
| Desintéria | Nd | Nd | 20 |
| Sarampo | Nd | 103 | Nd |
| Tétano | Nd | 5 | Nd |
| Raiva | Nd | Nd | 51 |
| Outras | 5 | 98 | 57 |

Fonte: Elaboração própria, 2012, a partir dos dados disponíveis no Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da população, (RelatórioVol. II), Instituto Nacional de Estatística, 2011

Existem 76 médicos atualmente e 1.768 enfermeiros na Província, como mostra o quadro nº 15.

Quadro nº 15: Médicos e enfermeiros no período de 2005 a 2007

| Descrição | 2005 | 2006 | 2007 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| Médicos Nacionais | 0 | 20 | 20 |
| Médicos estrangeiros | 0 | 56 | 56 |
| Enfermeiros | 910 | 3.118 | 1.768 |

Fonte: Elaboração própria, 2012, a partir dos dados disponíveis no Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da população, (RelatórioVol. II), Instituto Nacional de Estatística, 2011

Quadro nº 16: Consultas externas efetuadas no período de 2005 a 2007

| Consultas | 2005 | 2006 | 2007 |
|------------------|-------------|-------------|-------------|
| Medicinas | 16.395 | 20.894 | 20.423 |
| Cirurgia | 12.740 | 13.636 | 14.264 |
| Pediatria | 14.729 | 16.148 | 18.322 |
| Puericultura | 0 | 0 | 0 |
| Obstetrícia | 9.047 | 6.104 | 4.017 |
| Ginecologia | 1.097 | 3.391 | 3.871 |
| Estomatologia | 8.381 | 2.339 | 3.967 |

Fonte: Elaboração própria, 2012, a partir dos dados disponíveis no Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da população, (RelatórioVol. II), Instituto Nacional de Estatística, 2011

Quanto as consultas externas realizadas no período de 2005 a 2007, constatamos no quadro nº 16, que as consultas externas de medicina aumentaram em 2006 (16.395 para 20.894) e diminuindo em 2007 (20.894 para 20.423), cirurgia, pediatria e ginecologia

aumentaram de 2005 a 2007, obstetrícia diminuíram as consultas de 2005 a 2007 e estomatologia diminuíram de 2005 a 2006 e voltando a subir em 2007.

3.5.2. Educação

A educação constitui um dos pilares base na edificação de um território. Nesta secção, ainda que não tenhamos os dados mais adequados e fiáveis para qualificar o estado da educação na província de Huambo, procuraremos compreender de que modo a educação está a ser entendida como um instrumento para o desenvolvimento da província, tendo em atenção o momento socialmente conturbado que se vive, caracterizado pelo nível de vida muito baixo e também pela destruição das infraestruturas educacionais.

Quadro nº 17: Estabelecimentos de ensino existentes

| Nível de Ensino | Número de estabelecimentos de ensino | | | |
|---------------------|--------------------------------------|-------------|----------------|---------------|
| | Existentes | A funcionar | Por reabilitar | Por construir |
| Iº | 574 | 229 | 413 | 284 |
| IIº | 53 | 50 | 52 | 80 |
| Basico Profissional | 1 | 1 | 0 | 4 |
| Médio | 5 | 4 | 1 | 4 |
| Superior | 5 | 4 | 1 | 4 |

Fonte: Ministério da Administração do Território, 2011

Quadro nº 18: Alunos Matriculados no ano letivo 2010

| Nível de Ensino | Número de alunos matriculados | | Número de alunos matriculados ao ar livre | |
|---------------------|-------------------------------|----------|---|----------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Iº | 147357 | 71416 | 64113 | 31095 |
| IIº | 21824 | 9207 | 1715 | 720 |
| Basico Profissional | 438 | 287 | 0 | 0 |
| Médio | 7318 | 3668 | 0 | 0 |
| Superior | 1283 | 315 | 0 | 0 |

Fonte: Ministério da Administração do Território, 2011

Os indicadores do quadro nº 18, somando o numero de homens e mulheres, mostram que maior parte dos alunos matriculados na Província do Huambo estão no nível I, II e Nível

Médio (218.773, 31.031 e 10.986), dos quais muitos alunos que vão estudar ao ar livre por falta de sala de aulas.

Atendendo ao facto de a maior parte dos estudantes serem crianças, pode-se concluir que a estimativa de crianças fora do sistema de ensino continua a ser muito elevada, particularmente nas áreas rurais, sendo que mais de metade das população matriculada no sistema de ensino regular encontra-se nas áreas urbanas.

Quadro nº 19: Crianças fora do sistema de Ensino e nº de Docentes

| Nível de Ensino | Número de crianças fora do sistema de ensino | | Número de docentes | |
|---------------------|--|-------|--------------------|------|
| | M | F | M | F |
| Iº | 137936 | 66850 | 4021 | 1950 |
| IIº | 21961 | 9265 | 1019 | 428 |
| Basico Profissional | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Médio | 799 | 400 | 324 | 47 |
| Superior | 0 | 0 | 40 | 0 |

Fonte: Ministério da Administração do Território, 2011

3.6. Análise SWOT

A análise SWOT é uma técnica de análise qualitativa dos dados, que visa identificar um dado problema, organização ou território a partir das suas componentes, interna e externa, e complementaridades. As componentes identificadas neste tipo de análise são os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades. A sigla S.W.O.T., deriva da língua inglesa que significa *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats*.

Este método pode ser útil na identificação de ações que visam a melhoria do desempenho económico e sustentável da província do Huambo. A análise de SWOT é uma ferramenta que começa por ser muito utilizada em planeamento estratégico para negócios, e que mais tarde passa a ser também usado no âmbito do planeamento territorial.

Quadro nº20:Matriz SWOT da província do Huambo

| Forças | Fraquezas |
|--|--|
| História da província Localização geográfica Logística Recursos naturais População | Malha viária (rodoviária e ferroviária) Topografia Custos operacionais Propaganda Incentivos fiscais |
| Oportunidades | Ameaças |
| Turismo Comércio Indústria Educação Tecnologias | Flutuações nas ações políticas Infraestruturas municipais e comunais Províncias vizinhas Êxodo populacional |

Fonte: Elaboração própria, 2012, a partir de elementos constantes da caracterização social e económica da província do huambo

Para melhorar a qualidade de vida num determinado território, desenvolvendo o melhor conjunto de ações para a promoção do desenvolvimento, é necessário começarmos por fazer um diagnóstico completo e atual. Por isso, apresentamos uma síntese da análise SWOT desenvolvida para a província do Huambo.

No que respeita aos pontos fortes, destacamos os seguintes:

1. História da província do Huambo: a população da província integra-se maioritariamente no complexo sociocultural Ovimbundu, que é considerado o maior grupo étnico Bantu de Angola, em como na etnia kimbundu. Estas são as únicas etnias que estão totalmente dentro de Angola;
2. Localização geográfica: situa-se numa região privilegiada no centro de Angola;
3. Logística: Huambo está localizado num ponto estratégico, do ponto de vista económico;
4. População: a informação mais recente mostra uma população predominantemente jovem e em crescimento.

Os principais pontos fracos são os seguintes:

1. Malha viária, tanto rodoviária como ferroviária, estando esta última, praticamente desactivada;
2. Topografia, pois é uma região muito montanhosa, o que dificulta certas atividades económicas;

3. Custos operacionais elevados, pela importância que têm na otimização de recursos produtivos; são agravados pela dificuldade dos acessos rodoviários;
4. Propaganda, partindo da premissa que este recurso é pouco utilizado pela administração pública da província;
5. Fracos ou inexistentes incentivos fiscais, os quais devem fazer parte de uma estratégia efetiva para a captação de investimentos.

Em termos de oportunidades, destacamos as seguintes:

1. Turismo: aproveitando os recursos naturais da província (montanhas, rios, entre outros);
2. Comércio: dada a expansão crescente nos últimos cinco anos;
3. Indústria: com maior apoio e incentivos por parte do poder público, poderá para liderar a alavancagem do desenvolvimento económico;
4. Educação: a sua melhoria gera aumento de rendimento e emprego, através da qualificação da mão-de-obra local;
5. Tecnologia: os desenvolvimentos criados pelo setor empresarial, com o apoio da instituição de ensino superior local (Universidade José Eduardo dos Santos), torna-se um fator de criação de maior valor económico e desenvolvimento social.

Entre as ameaças mais relevantes, destacamos as seguintes:

1. Flutuações nas ações políticas;
2. As infraestruturas municipais podem revelar vulnerabilidade perante um cenário de acréscimo industrial repentino ou de forte aumento de população por migração;
3. As províncias vizinhas como Benguela, Kwanza Sul, e Huíla ainda têm grande poder de influência sobre a província do Huambo, por serem cidades pólo, conforme a Teoria dos Lugares Centrais;
4. Êxodo populacional, que seria uma consequência da falta de crescimento económico.

4. METODOLOGIA E RESULTADOS OBTIDOS

4.1. Metodologia

O nosso objetivo com este estudo de diagnóstico do desenvolvimento da província do Huambo, visa compreender melhor a situação atual da província nos domínios da saúde, saneamento básico, educação, energia eléctrica, água, infraestruturas, emprego, comércio e serviços e combate à pobreza, de modo que se identifiquem os fatores/variáveis que potencialmente mais podem contribuir para melhoria de condições e qualidade de vida das populações.

Dado que apenas a análise dos dados disponíveis nos documentos de estatística oficiais não se revelou suficiente para respondermos de forma cabal aos nossos objetivos foi necessário proceder à recolha direta de informação. Para tal, usámos dois instrumentos: um inquérito por questionário e uma entrevista (os guiões destes instrumentos encontram-se em anexo).

O inquérito por questionário foi aplicado a uma amostra estratificada constituída por cerca de 1218 inquiridos (cf. quadro 21), dos vários municípios da província de Huambo. Com este questionário procuramos obter mais informação relativamente aos seguintes domínios:

- transformações verificadas recentemente e que afetaram o nível de desenvolvimento da província de Huambo,
- papel da agricultura e do turismo no desenvolvimento económico da província, bem como os principais constrangimentos destas atividades,
- análise das características do emprego e contributo para o desenvolvimento económico da área em estudo,
- percepção do nível de qualidade de vida, bem como da qualidade do sistema de saúde e do sistema de educação.

De entre os elementos estudados, tivemos em consideração aqueles que mais influência tiveram para a análise e compreensão do objetivo de estudo, realçando-se em grande medida a reabilitação das infraestruturas sociais, o acesso ao saneamento básico, ao

fornecimento de energia elétrica, ao fornecimento de água, à requalificação do parque industrial, à criação de emprego e requalificação da mão de obra, ao desenvolvimento da atividade agropecuária, ambiente, turismo e lazer.

Quadro nº 21 Distribuição, por género, dos respondentes ao inquérito por questionário

| Naturalidade | Género | | Total |
|--------------|-----------|----------|-------|
| | Masculino | Feminino | |
| Huambo | 222 | 198 | 420 |
| Mungo | 30 | 43 | 73 |
| Ekuma | 24 | 30 | 54 |
| Tchingenge | 19 | 35 | 54 |
| Katchiungo | 20 | 26 | 46 |
| Londuimbale | 30 | 28 | 58 |
| Bailundo | 94 | 47 | 141 |
| Ekunha | 35 | 9 | 44 |
| Tchicala | 31 | 30 | 61 |
| Caála | 103 | 86 | 189 |
| Longonjo | 43 | 35 | 78 |
| Total | 651 | 567 | 1218 |

Fonte: Elaboração Própria a partir de inquérito aplicado

Dado que o inquérito por questionário foi aplicado diretamente, todos os questionários foram respondidos. O tratamento das respostas obtidas foi feito com o auxílio do software SPSS. Na secção seguinte apresentam-se as estatísticas descritivas para as diversas variáveis que foram objeto de inquérito e realizaram-se alguns cruzamentos de variáveis, considerados mais pertinentes, com o objetivo de verificar a existência de diferenças de percepção entre grupos profissionais, classes etárias ou indivíduos com diferentes níveis de escolaridade, relativamente aos vários itens abordados no questionário. Para determinarmos a relação de dependência e associação entre algumas variáveis relativas aos aspectos socioeconómicos, acessibilidade e relacionadas com percepção de qualidade de vida, utilizamos o teste de ajustamento do qui-quadrado.

Para o teste, formulamos a hipótese tradicional:

H0: Não existe associação estatística significativa

H1: Existe associação estatística significativa

Para decidirmos qual das hipóteses aceitamos, recorremos à análise do valor do teste do qui-quadrado:

Asymp. Sig. (2-sided) $\leq 0,005$ - aceita-se a H1;

Asymp. Sig. (2-sided) ≥ 0.005 – aceita-se a H0.

As entrevistas foram aplicadas a 21 pessoas, das quais:

- três funcionários séniores das Direções Provinciais do Planeamento,
- quatro funcionários séniores da Direção Provincial da Agricultura,
- um funcionário sénior da Direção Provincial das Finanças,
- sete funcionários séniores da Direção Provincial da Educação,
- um ex-director do Gabinete do Governador,
- um ex-Vice Governador,
- um funcionário sénior do Ministério da Agricultura (que trabalhou muito tempo no Huambo),
- três professores universitários, com o objetivo de recolher informação sobre a implementação dos planos e programas que identificam as transformações recentes ocorridas na província.

Com estas entrevistas procuramos complementar a qualidade da informação obtida, partir dos outros instrumentos de obtenção de informação. As entrevistas tinham um guião estruturado, a partir do qual se pretendia conhecer: i) os vários tipos de planos e programas existentes na área em estudo, ii) a adesão da população aos mesmos, bem como iii) o respectivo contributo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da província. As respostas às entrevistas foram tratadas de forma qualitativa. Optámos por apresentar a análise da informação obtida nas entrevistas a partir dos tópicos que lhes deram origem, e não a partir do respondente, de modo a garantir a confidencialidade da informação. Esta condição foi-nos apresentada como determinante para que as entrevistas nos fossem concedidas.

4.2. Resultados obtidos

4.2.1. Resultados do inquérito

Em primeiro lugar, vejamos quais as conclusões que retiramos da análise das estatísticas descritivas das variáveis presentes no questionário. Em primeiro lugar, vejamos quais são as características principais dos indivíduos que responderam ao questionário (quadro 22).

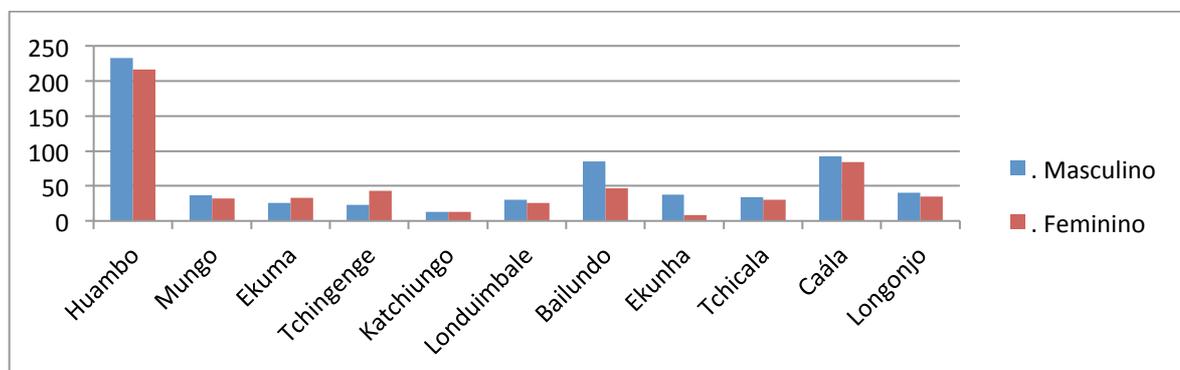
Quadro nº 22: Caracterização dos respondentes ao questionário

| | Género | Naturalidade | Profissão | Morada | Grau de Instrução | Tempo de residência no Huambo |
|--------------|--------|--------------|-----------|--------|-------------------|-------------------------------|
| N | 1218 | 1218 | 1218 | 1218 | 1218 | 1218 |
| Media | 1,47 | 5,06 | 4,44 | 4,88 | 3,72 | 2,88 |
| Mediana | 1,00 | 5,00 | 3,00 | 4,00 | 4,00 | 3,00 |
| Moda | 1 | 1 | 8 | 1 | 5 | 3 |
| Desv. Padrão | ,499 | 3,756 | 3,065 | 3,761 | 1,592 | ,411 |
| Variância | ,249 | 14,109 | 9,396 | 14,143 | 2,534 | ,169 |

Fonte: Elaboração própria a partir de inquérito aplicado.

A partir dos valores da *moda*, verificamos que este questionário foi respondido, por mais homens que mulheres, com idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos, naturais e residentes em Huambo há mais de 10 anos, camponeses, com instrução de nível superior (incompleto).

Gráfico nº 6 Análise do género por local de residência

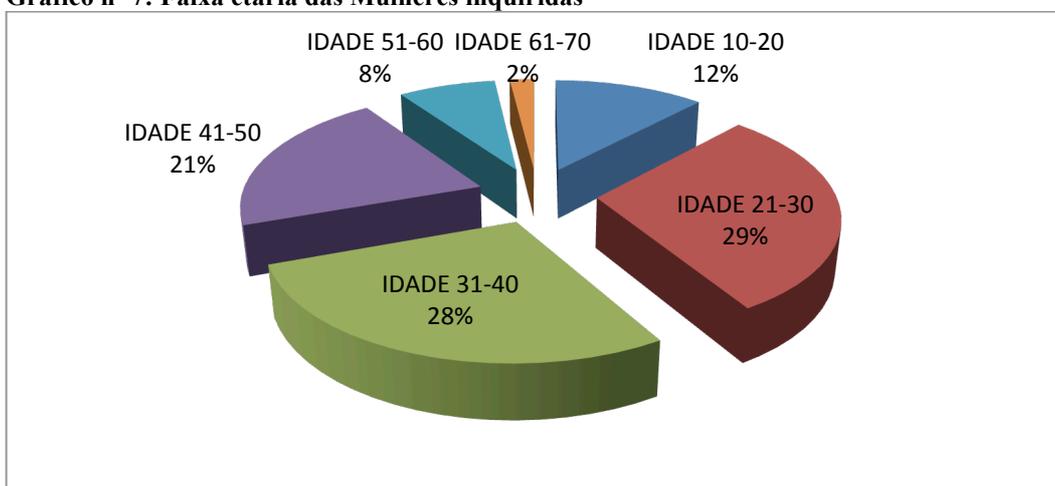


Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Relativamente à análise do género por local de residência (gráfico nº 6), observamos que a maioria dos respondentes (651 indivíduos) são homens e 567 são mulheres e a maior parte vive no município do Huambo (449 dos inquiridos, sendo 233 homens e 216 mulheres).

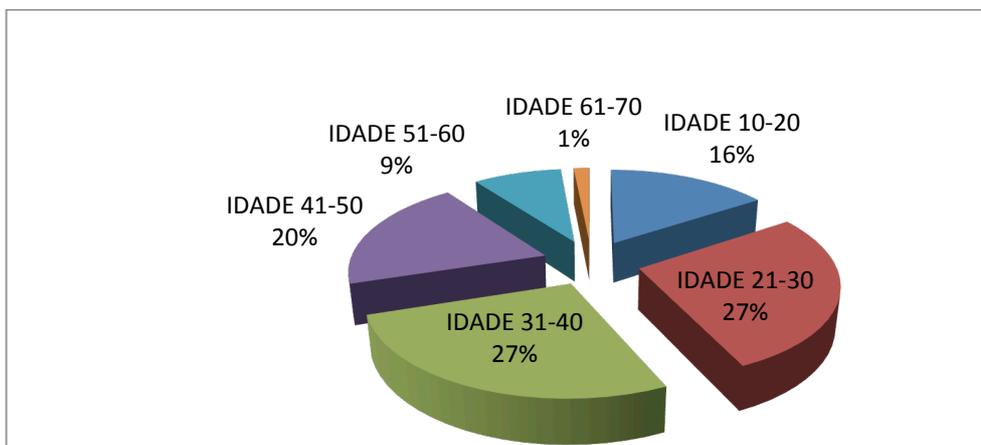
Quanto a faixa etária dos inquiridos, verificou-se que maior parte dos inquiridos tem idade compreendida entre 21-30 anos e os 31-40 anos, como mostram os gráficos nº7 e 8.

Gráfico nº 7: Faixa etária das Mulheres inquiridas



Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

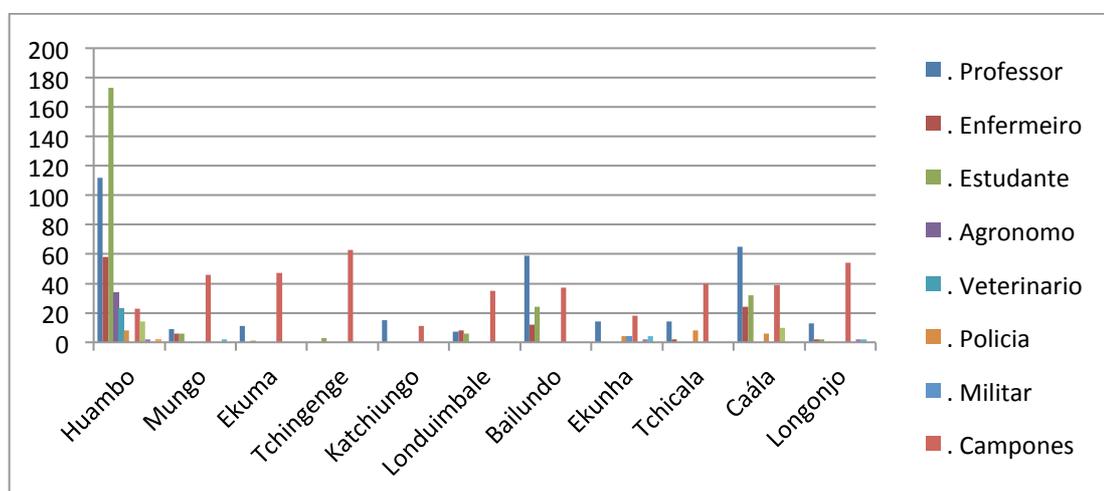
Gráfico nº 8: Faixa etária dos Homens inquiridos



Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

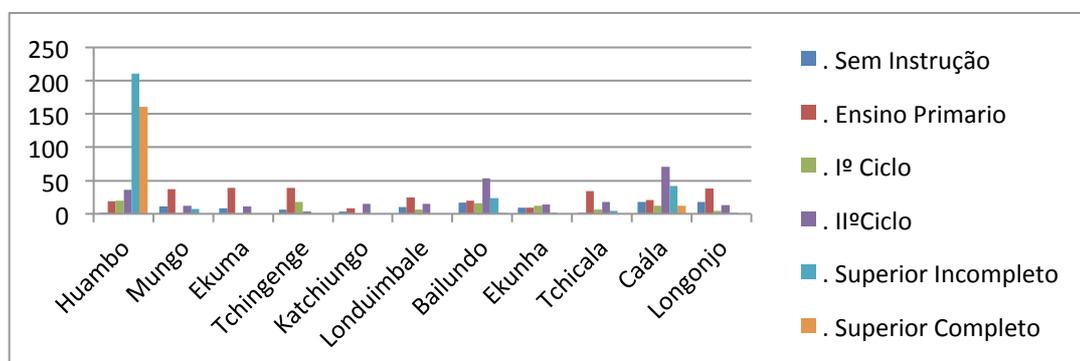
A análise da profissão dos inquiridos por local de residência (gráfico nº 9) revela que a estrutura de profissões predominantes na cidade de Huambo difere das restantes cidades da província. Na cidade de Huambo é nítida a predominância de inquiridos estudantes (173 indivíduos), professores (112 indivíduos) e enfermeiros (58 indivíduos). Nas restantes cidades, destacam-se os camponeses, sendo pontuais os locais onde as aglomerações de estudantes e professores também são relevantes, o que demonstra a importância dos estabelecimentos de ensino.

Gráfico nº 9: Profissão dos inquiridos, por local de residência



Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Gráfico nº 10: Grau de instrução por local de residência



Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Quanto à análise do grau de instrução por local de residência (gráfico nº 10), observamos, na província uma predominância de indivíduos com ensino superior incompleto (293 indivíduos), ensino primário (289 indivíduos) e IIº ciclo (261 indivíduos). No município do Huambo são mais frequentes os indivíduos com níveis de qualificação mais elevados.

Relativamente às transformações recentes que ocorreram no desenvolvimento da província do Huambo, os valores da *mediana*, para os diversos tópicos avaliados, revelam que os inquiridos atribuem uma importância razoável à reabilitação das infraestruturas sociais, ao passo que nas demais características atribuem pouca importância.

Quadro nº 23: Transformações verificadas no desenvolvimento da província do Huambo

| Tópicos | Mediana | Moda |
|--|----------------|-------------|
| Reabilitação das infraestruturas sociais | 3.00 | 2 |
| Melhoramento da saúde e saneamento básico | 2.00 | 2 |
| Melhoramento do fornecimento de energia eléctrica e água | 2.00 | 2 |
| Melhoramento do sistema educativo | 2.00 | 2 |
| Requalificação do parque industrial | 2.00 | 2 |
| Criação de emprego requalificação da mão-de-obra | 2.00 | 2 |
| Desenvolvimento da atividade agropecuária | 2.00 | 2 |
| Criação de pontos turísticos e de lazer | 2.00 | 1 |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Os inquiridos atribuem, com maior frequência, pouca importância à reabilitação das infraestruturas sociais, melhoramento da saúde e saneamento básico, melhoramento do fornecimento de energia eléctrica e água, melhoramento do sistema educativo, requalificação do parque industrial, criação de emprego e requalificação da mão-de-obra e desenvolvimento da atividade agropecuária, enquanto que à criação de pontos turísticos não dão importância nenhuma (quadro nº23).

Em relação às questões abordadas no domínio da agricultura na província do Huambo (quadro nº 24), verificamos os valores da *mediana* e da *moda* revelam que os respondentes atribuem uma importância razoável às diversas questões colocadas. Desta homogeneidade apenas se destaca, na medida em que é considerado menos relevante escassez ou inadequação de ferramentas agrícolas, para o desenvolvimento da atividade agrícola.

Quadro nº 24: Contributo da agricultura para o desenvolvimento

| Tópicos | Mediana | Moda |
|--|----------------|-------------|
| Contribui para atenuar a assimetria regional possibilitando o desenvolvimento da província | 3.00 | 3 |
| Dificuldade de obtenção de sementes | 3.00 | 3 |
| Fraco poder germinativo das sementes utilizadas | 3.00 | 3 |
| Não cumprimento das normas técnicas | 3.00 | 3 |
| Baixa fertilidade dos solos e falta de uso de fertilizantes | 3.00 | 3 |
| Preços elevados de insumos agrícolas | 3.00 | 3 |
| Escassez ou inadequação das ferramentas agrícolas | 3.00 | 2 |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

No caso do turismo (quadro nº 25), os valores da *mediana* e da *moda* revelam que os respondentes atribuem pouca importância ao turismo para o desenvolvimento da província.

Quadro nº 25: Contributo do turismo para o desenvolvimento

| Tópicos | Mediana | Moda |
|--|----------------|-------------|
| Contribui para atenuar a assimetria regional possibilitando o desenvolvimento do Huambo | 2.00 | 2 |
| Turismo deficitário com poucos turistas, devido à baixa qualificação dos servidores públicos | 2.00 | 2 |
| Ausência de um banco de dados, oriundo do inventário turístico | 2.00 | 2 |
| É necessário uma reflexão sobre o ordenamento da cadeia produtiva do turismo e a sua valorização na região | 2.00 | 2 |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Quanto à contribuição do emprego para o desenvolvimento (quadro nº 26) o valor da *mediana* revela que os respondentes atribuem uma importância razoável ao contributo do emprego para o desenvolvimento. Nas respostas mais frequentes atribuem importância razoável à baixa qualificação profissional dos servidores públicos e da população em geral e também ao aumento da marginalidade da juventude e subemprego, ao passo que atribuem importância mais significativa à insuficiência de técnicos nas empresas públicas e privadas e também ao facto da maior parte da população encontrar emprego dentro da agricultura.

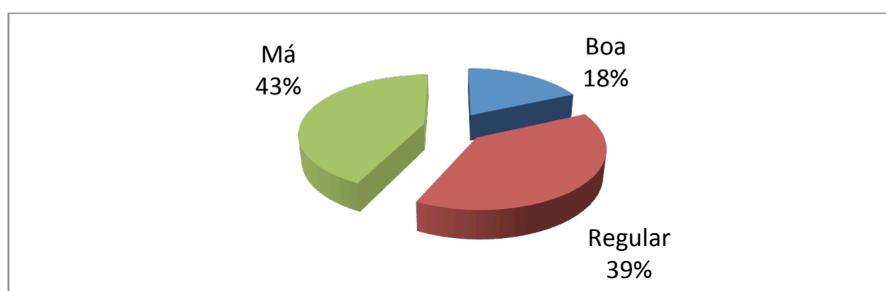
Quadro nº 26: Contributo do emprego para o desenvolvimento

| Tópicos | Mediana | Moda |
|---|----------------|-------------|
| Baixa qualificação profissional dos servidores públicos e da população em geral | 3.00 | 3 |
| Insuficiência de técnicos nas empresas públicas e privadas | 3.00 | 4 |
| Maior parte da população encontra emprego na atividade agrícola | 3.00 | 4 |
| Aumento da marginalidade da juventude e subemprego | 3.00 | 3 |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Vejamos agora de que modo os respondentes avaliam a respectiva qualidade de vida. Em geral (gráfico nº 11) os respondentes consideram que a respectiva qualidade de vida é Má (43% do total das respostas).

Gráfico nº 11: Avaliação da qualidade de vida pelos inquiridos



Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Quando relacionamos a escolaridade dos inquiridos com a percepção da sua qualidade de vida, verificamos que os indivíduos sem nenhuma instrução, com o ensino primário, com o IIº ciclo e os que já terminaram as suas formações superiores (41,3%, 43,9%, 51,0% e 46,3%, respectivamente) avaliaram a sua qualidade de vida como sendo Má, enquanto que os inquiridos com o Iº ciclo e também os que estão a frequentar o superior avaliaram a sua qualidade de vida com Regular (46,9% e 43,7%), ou seja, a generalidade dos indivíduos classifica mal a respectiva qualidade de vida, sem que as diferenças de escolaridade se registam nesta apreciação. A análise desta inter-relação é estatisticamente significativa³.

³Teste Chi² com um nível de significância de 0,000.

Quadro n ° 27: Relação entre o Grau de Instrução e o nível de Qualidade de Vida percebida

| Grau de Instrução | Qualidade de vida | | | Total |
|---------------------|-------------------|--------------|--------------|----------------|
| | Boa | Regular | Má | |
| Sem Instrução | 25 24,0% | 36 34,6% | 43 41,3% | 104 100,0% |
| Ensino Primário | 52 18,0% | 110 38,1% | 127 43,9% | 289 100,0% |
| Iº Ciclo | 31 32,3% | 45 46,9% | 20 20,8% | 96 100,0% |
| IIº Ciclo | 36 13,8% | 92 35,2% | 133 51,0% | 261 100,0% |
| Superior Incompleto | 46 15,7% | 128 43,7% | 119 40,6% | 293 100,0% |
| Superior Completo | 33 18,9% | 61 34,9% | 81 46,3% | 175 100,0% |
| Total | 223 18,3% | 472 38,8% | 523 42,9% | 1218 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Os inquiridos com idades compreendidas entre os 21 e os 70 anos avaliaram a qualidade de vida como Má (44,2%, 46,4% , 43,3%, 44,0% e 38,1%, respectivamente), enquanto que os inquiridos com idades entre os 10 e os 20 anos consideram-na como regular (55,3%). A análise desta inter-relacção é estatisticamente significativa⁴.

⁴Teste Chi² com um nível de significância de 0,002

Quadro nº 28: Relação entre a Faixa etária e o nível de Qualidade de Vida percebida

| Faixa etária | Qualidade de vida | | | Total |
|--------------|-------------------|--------------|--------------|----------------|
| | Boa | Regular | Má | |
| 10-20 | 20 11,8% | 94 55,3% | 56 32,9% | 170 100,0% |
| 21-30 | 74 21,4% | 119 34,4% | 153 44,2% | 346 100,0% |
| 31-40 | 63 18,9% | 116 34,7% | 155 46,4% | 334 100,0% |
| 41-50 | 41 16,6% | 99 40,1% | 107 43,3% | 247 100,0% |
| 51-60 | 20 20,0% | 36 36,0% | 44 44,0% | 100 100,0% |
| 61-70 | 5 23,8% | 8 38,1% | 8 38,1% | 21 100,0% |
| Total | 223 18,3% | 472 38,8% | 523 42,9% | 1218 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

No que se refere à profissão, é relevante que 100% dos militares e 91,7% dos taxistas avaliaram a qualidade de vida com Regular, ao passo que 100% dos jardineiros avaliaram a qualidade de vida como sendo Má. Os enfermeiros, polícias e carpinteiros também consideram, maioritariamente, que é Má a qualidade de vida. A análise desta inter-relação é estatisticamente significativa⁵.

Quadro nº 29: Relação entre a Profissão e o nível de Qualidade de Vida percebida

| Profissão | Qualidade de vida | | | Total |
|------------|-------------------|--------------|--------------|---------------|
| | Boa | Regular | Má | |
| Professor | 60 18,8% | 100 31,3% | 159 49,8% | 319 100,0% |
| Enfermeiro | 18 16,1% | 29 25,9% | 65 58,0% | 112 100,0% |
| Estudante | 34 | 130 | 83 | 247 |

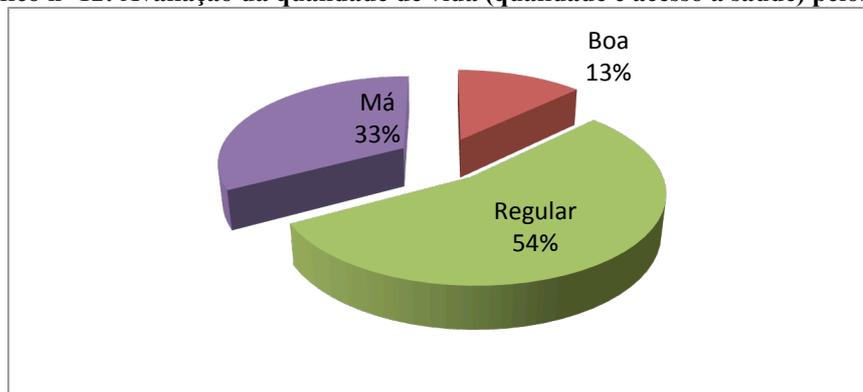
⁵Teste Chi² com um nível de significância de 0,000.

| | | | | |
|-------------|-------|--------|--------|--------|
| | 13,8% | 52,6% | 33,6% | 100,0% |
| Agrônomo | 9 | 9 | 16 | 34 |
| | 26,5% | 26,5% | 47,1% | 100,0% |
| Veterinário | 0 | 13 | 10 | 23 |
| | 0,0% | 56,5% | 43,5% | 100,0% |
| Polícia | 6 | 6 | 14 | 26 |
| | 23,1% | 23,1% | 53,8% | 100,0% |
| Militar | 0 | 4 | 0 | 4 |
| | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 100,0% |
| Camponês | 94 | 155 | 164 | 413 |
| | 22,8% | 37,5% | 39,7% | 100,0% |
| Taxista | 0 | 22 | 2 | 24 |
| | 0,0% | 91,7% | 8,3% | 100,0% |
| Carpinteiro | 2 | 0 | 4 | 6 |
| | 33,3% | 0,0% | 66,7% | 100,0% |
| Sapateiro | 0 | 4 | 4 | 8 |
| | 0,0% | 50,0% | 50,0% | 100,0% |
| Jardineiro | 0 | 0 | 2 | 2 |
| | 0,0% | 0,0% | 100,0% | 100,0% |
| Total | 223 | 472 | 523 | 1218 |
| | 18,3% | 38,8% | 42,9% | 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Vejamos agora de que modo os respondentes avaliam a qualidade dos serviços de saúde. Em geral (gráfico nº 12) os respondentes consideram que a qualidade de serviços de saúde é Regular (54% do total dos inquiridos).

Gráfico nº 12: Avaliação da qualidade de vida (qualidade e acesso à saúde) pelos inquiridos



Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Ao relacionarmos (quadro nº 30) a faixa etária dos inquiridos com os serviços de saúde na província do Huambo, verificamos que a maior parte dos indivíduos com idades compreendidas entre os 10-20, 21-30, 31-40, 41-50 e 50-60 anos (60,6%, 56,1%, 48,2%, 59,1% e 47%) avaliaram como sendo Regular a qualidade e o acesso aos serviços de saúde, ao passo que os indivíduos com idades entre os 61-70 anos, avaliaram como sendo mau o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. Esta relação é estatisticamente significativa⁶.

Quadro nº 30: Qualidade nos serviços de saúde em relação a faixa etária

| Faixa etária | Qualidade nos serviços de Saúde | | | Total |
|--------------|---------------------------------|--------------|--------------|----------------|
| | Boa | Regular | Má | |
| 10-20 | 15 8,8% | 103 60,6% | 52 30,6% | 170 100,0% |
| 21-30 | 43 12,4% | 194 56,1% | 109 31,5% | 346 100,0% |
| 31-40 | 41 12,3% | 161 48,2% | 132 39,5% | 334 100,0% |
| 41-50 | 33 13,4% | 146 59,1% | 68 27,5% | 247 100,0% |
| 51-60 | 25 25,0% | 47 47,0% | 28 28,0% | 100 100,0% |
| 61-70 | 0 0,0% | 10 47,6% | 11 52,4% | 21 100,0% |
| Total | 157 12,9% | 661 54,3% | 400 32,8% | 1218 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Quando relacionamos a profissão dos indivíduos inquiridos e a qualidade dos serviços de saúde na província do Huambo, verificamos que os professores, enfermeiros, estudantes, agrónomos, veterinários, camponeses, taxistas, carpinteiros e sapateiros (56,4%, 48,2%, 52,2%, 41,2%, 73,9%, 55,0%, 91,7%, 66,7% e 75,0%) avaliaram este sector como

⁶Teste Chi² com um nível de significância de 0,000.

regular, enquanto que os polícias, militares e jardineiros (46,2%, 100% e 100%) avaliaram como má a prestação dos serviços de saúde⁷.

Quadro nº 31: Qualidade dos serviços de saúde em relação a profissão

| Profissão | Qualidade dos serviços de saúde | | | Total |
|-------------|---------------------------------|--------------|--------------|----------------|
| | Boa | Regular | Má | |
| Professor | 49 15,4% | 180 56,4% | 90 28,2% | 319 100,0% |
| Enfermeiro | 12 10,7% | 54 48,2% | 46 41,1% | 112 100,0% |
| Estudante | 29 11,7% | 129 52,2% | 89 36,0% | 247 100,0% |
| Agrônomo | 10 29,4% | 14 41,2% | 10 29,4% | 34 100,0% |
| Veterinário | 2 8,7% | 17 73,9% | 4 17,4% | 23 100,0% |
| Polícia | 6 23,1% | 8 30,8% | 12 46,2% | 26 100,0% |
| Militar | 0 0,0% | 0 0,0% | 4 100,0% | 4 100,0% |
| Camponês | 49 11,9% | 227 55,0% | 137 33,2% | 413 100,0% |
| Taxista | 0 0,0% | 22 91,7% | 2 8,3% | 24 100,0% |
| Carpinteiro | 0 0,0% | 4 66,7% | 2 33,3% | 6 100,0% |
| Sapateiro | 0 0,0% | 6 75,0% | 2 25,0% | 8 100,0% |
| Jardineiro | 0 0,0% | 0 0,0% | 2 100,0% | 2 100,0% |
| Total | 157 12,9% | 661 54,3% | 400 32,8% | 1218 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

⁷Teste Chi² com um nível de significância de 0,000.

Ao relacionamos o grau de instrução dos indivíduos inquiridos com a qualidade dos serviços de saúde na província do Huambo, verificamos que todos fizeram uma avaliação regular (60,6%, 51,9%, 63,5%, 56,7%, 48,8% e 54,9%) destes serviços⁸.

Quadro nº 32 Qualidade dos serviços de saúde em relação ao grau de instrução

| Grau de Instrução | Qualidade dos serviços de Saúde | | | Total |
|---------------------|---------------------------------|--------------|--------------|----------------|
| | Boa | Regular | Má | |
| Sem Instrução | 9 8,7% | 63 60,6% | 32 30,8% | 104 100,0% |
| Ensino Primário | 30 10,4% | 150 51,9% | 109 37,7% | 289 100,0% |
| Iº Ciclo | 20 20,8% | 61 63,5% | 15 15,6% | 96 100,0% |
| IIº Ciclo | 35 13,4% | 148 56,7% | 78 29,9% | 261 100,0% |
| Superior Incompleto | 32 10,9% | 143 48,8% | 118 40,3% | 293 100,0% |
| Superior Completo | 31 17,7% | 96 54,9% | 48 27,4% | 175 100,0% |
| Total | 157 12,9% | 661 54,3% | 400 32,8% | 1218 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Quando relacionamos a morada dos indivíduos inquiridos com a qualidade dos serviços de saúde, verificamos que nos municípios do Huambo, Mungo, Tchingenge, Bailundo, Ekunha e Tchicala (52,6%, 53,6%, 53,0%, 72,0%, 67,4%, 60,9% e 58,5%) avaliaram como Regular a qualidade dos serviços de saúde; os moradores dos municípios do Ekuma, Londuimbale e Longonjo (39,0%, 50,0% e 48,0%) avaliaram como má a qualidade dos serviços de saúde, ao passo que os moradores no município do Katchiungo tem uma percepção mais positiva dos serviços de saúde (42,3%)⁹. O facto dos respondentes estarem mais ou menos próximos destes serviços e dependendo da qualidade que as infraestruturas podem ter nas diferentes localidades, podem estar a justificar as diferenças de percepção dos indivíduos.

⁸Teste Chi² com um nível de significância de 0,000.

⁹Teste Chi² com um nível de significância de 0,000.

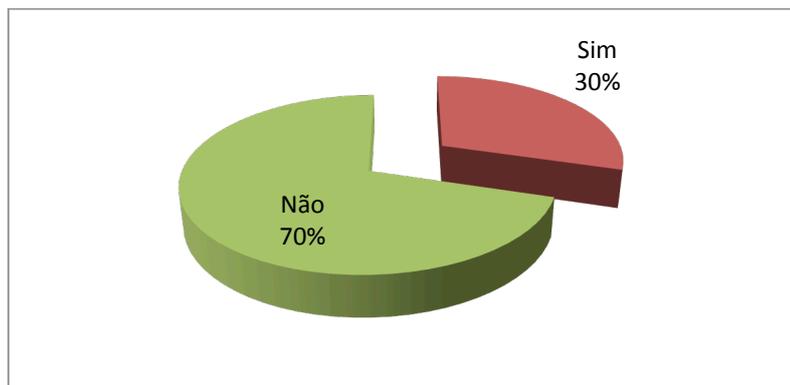
Quadro nº 33: Qualidade dos serviços de saúde em relação a morada

| Morada | Qualidade dos serviços de Saúde | | | Total |
|-------------|---------------------------------|--------------|--------------|----------------|
| | Boa | Regular | Má | |
| Huambo | 62 13,8% | 236 52,6% | 151 33,6% | 449 100,0% |
| Mungo | 4 5,8% | 37 53,6% | 28 40,6% | 69 100,0% |
| Ekuma | 14 23,7% | 22 37,3% | 23 39,0% | 59 100,0% |
| Tchingenge | 17 25,8% | 35 53,0% | 14 21,2% | 66 100,0% |
| Katchiungo | 11 42,3% | 10 38,5% | 5 19,2% | 26 100,0% |
| Londuimbale | 6 10,7% | 22 39,3% | 28 50,0% | 56 100,0% |
| Bailundo | 15 11,4% | 95 72,0% | 22 16,7% | 132 100,0% |
| Ekunha | 0 0,0% | 31 67,4% | 15 32,6% | 46 100,0% |
| Tchicala | 0 0,0% | 39 60,9% | 25 39,1% | 64 100,0% |
| Caála | 20 11,4% | 103 58,5% | 53 30,1% | 176 100,0% |
| Longonjo | 8 10,7% | 31 41,3% | 36 48,0% | 75 100,0% |
| Total | 157 12,9% | 661 54,3% | 400 32,8% | 1218 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

No gráfico nº 13 verifica-se, em geral, que os respondentes consideram que a reforma educativa não melhorou o sistema educativo no Huambo e fazem uma avaliação negativa dessa medida (70% do total dos inquiridos).

Gráfico nº 13: Avaliação da qualidade de vida - reforma educativa - pelos inquiridos



Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Relacionando (quadro nº 34) a reforma educativa que tem sido implementada no sistema de ensino, com o grau de instrução dos indivíduos, verificamos que todos eles afirmam que a reforma não melhorou o sistema de ensino e a sua avaliação é negativa (74,0%, 61,2%, 68,8%, 72,0%, 76,8% e 70,9%)¹⁰.

Quadro nº 34: Reforma educativa em relação ao grau de instrução

| Grau de Instrução | Reforma Educativa | | Total |
|---------------------|-------------------|--------------|----------------|
| | Sim | Não | |
| Sem Instrução | 27 26,0% | 77 74,0% | 104 100,0% |
| Ensino Primário | 112 38,8% | 177 61,2% | 289 100,0% |
| Iº Ciclo | 30 31,2% | 66 68,8% | 96 100,0% |
| IIº Ciclo | 73 28,0% | 188 72,0% | 261 100,0% |
| Superior Incompleto | 68 23,2% | 225 76,8% | 293 100,0% |
| Superior Completo | 51 29,1% | 124 70,9% | 175 100,0% |
| Total | 361 29,6% | 857 70,4% | 1218 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

¹⁰ Teste Chi² com um nível de significância de 0,002.

No quadro nº 35, ao relacionarmos a reforma educativa que esta sendo implementada, com os indivíduos que vivem nos 11 municípios do Huambo, verificamos que a avaliação negativa é generalizada a todos os locais estudados¹¹.

Quadro nº35: Reforma educativa em relação a morada

| Morada | Reforma Educativa | | Total |
|-------------|-------------------|--------------|----------------|
| | Sim | Não | |
| Huambo | 110 24,5% | 339 75,5% | 449 100,0% |
| Mungo | 18 26,1% | 51 73,9% | 69 100,0% |
| Ekuma | 12 20,3% | 47 79,7% | 59 100,0% |
| Tchingenge | 26 39,4% | 40 60,6% | 66 100,0% |
| Katchiungo | 2 7,7% | 24 92,3% | 26 100,0% |
| Londuimbale | 23 41,1% | 33 58,9% | 56 100,0% |
| Bailundo | 38 28,8% | 94 71,2% | 132 100,0% |
| Ekunha | 18 39,1% | 28 60,9% | 46 100,0% |
| Tchicala | 24 37,5% | 40 62,5% | 64 100,0% |
| Caála | 62 35,2% | 114 64,8% | 176 100,0% |
| Longonjo | 28 37,3% | 47 62,7% | 75 100,0% |
| Total | 361 29,6% | 857 70,4% | 1218 100,0% |

Fonte: Elaboração própria a partir do inquérito aplicado

Em síntese, podemos afirmar que o inquérito aplicado revelou que os principais entraves ao desenvolvimento económico da província são:

¹¹Teste Chi² com um nível de significância de 0,001.

- O Huambo, é uma província debilitada em infraestruturas sociais, culturais, industriais, comerciais, de transportes e de comunicações;
- O Huambo é uma província deprimida do ponto de vista social, económico e ambiental devido a guerra que durou quase 20 anos;
- A mão-de-obra possui, em geral, níveis de qualificação baixos;
- Pouca educação formal e frágil capacidade de organização social, que impossibilitam um maior desenvolvimento das atividades produtivas.

4.2.2. Resultados da entrevista

De modo a sintetizar a informação recolhida através das entrevistas realizadas bem como a preservar a identidade dos respondentes, iremos sintetizar as principais conclusões retiradas no quadro 36.

Quadro 36: Notas de síntese recolhidas com as entrevistas

| |
|--|
| <p><i>Q: Quantos planos já foram implementados ao nível local, visando o desenvolvimento sustentável?</i></p> <p>R: Já foram implementados vários programas relacionados com a necessidade de elevar o crescimento económico da província do Huambo, conhecidos como: Plano Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza, Programa de Desenvolvimento das MPME (medias, pequenas e micro empresas), Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, Programas de Impacto Social Imediato, Programa Escola Campo, Programa de Municipalização dos serviços de Saúde, Programa Água para todos e Programa de Reabilitação dos Caminhos de Ferro de Angola.</p> |
| <p><i>Q: Estes planos têm sido cabalmente cumpridos?</i></p> <p>R: Na prática estes programas limitam-se a um rol de obras (especialmente em infraestruturas), tratadas como prioritárias e que não estão a representar nenhuma mudança estrutural de vulto na qualidade de vida dos habitantes da província do Huambo e não tem sido cabalmente cumpridos, por falta de verbas.</p> |
| <p><i>Q: O que a população dos municípios acha sobre a implementação do desenvolvimento sustentável?</i></p> <p>R: A população não se sente totalmente satisfeita, porque a implementação do desenvolvimento sustentável não tem sido em algumas circunstâncias clara.</p> |
| <p><i>Q: Que transformações se registaram na província do Huambo, nos últimos anos?</i></p> <p>R: Reabilitação parcial do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), reabilitação da barragem do Ngove, construção de palácios de justiça em algumas capitais municipais (Mungo, Bailundo, Catchungo, Longuimbale, Longonjo, Chicala), reabilitação de redes viárias, construção e apetrechamento de escolas, construção e apetrechamento de hospitais, centros médicos e postos</p> |

| |
|--|
| medicos, construção de mercados populares |
| <p><i>Q: Até que ponto estas transformações têm contribuído para a sustentabilidade da província/municípios?</i></p> <p>R: Estas transformações não tem contribuído em grande medida para a sustentabilidade da província, por causa da vulnerabilidade a situações que causam rupturas no bem-estar dos habitantes do Huambo, tais como: i) a falta de acesso aos serviços sociais básicos de educação e saúde, ii) falta de acesso a factores de produção, iii) falta de proteção jurídica, iv) habitações inadequadas, além disso, associadas a um conjunto de factores agrícolas, ecológicos e estruturais, foram identificadas um conjunto de limitações para a construção de um processo de desenvolvimento sustentável: situação climática da província, agricultura não mecanizada, o mau estado de muitas estradas e pontes que tem dificultado a reativação do mercado rural bem como o acesso às infraestruturas sociais.</p> |
| <p><i>Q: Que medidas se têm posto em prática para melhorar a qualidade de vida das populações do Huambo?</i></p> <p>R: As medidas que se têm posto em prática são: aumentar de forma sustentável a produção agrícola para níveis que assegurem a segurança alimentar, garantir o acesso à escolaridade primária obrigatória de todas as crianças, continuar a reabilitar as estradas e pontes, melhorar a operacionalização dos caminhos de ferro, através do programa de reabilitação dos caminhos de ferro de Angola, melhorar o saneamento básico, aumentar a proporção de agregados familiares com energia eléctrica e água em casa.</p> |
| <p><i>Q: Que impactes se têm verificado, na agricultura, educação, saúde, turismo, água, energia, habitação ambiente?</i></p> <p>R: Os impactos que se têm verificado são:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Agricultura – Diminuição das áreas plantadas e conseqüentemente aumento da fome; b) Educação – Aumento das taxas de analfabetismo, crianças fora do sistema de ensino por falta de escolas, formação deficitária por causa da má preparação profissional dos professores; c) Saúde - Má nutrição, contração de doenças infecciosas como a malária, parasitoses e tuberculose; d) Turismo – Deficitário e com poucos turista; e) Água – Meio de contaminação de muitas doenças diarreicas agudas, cólera, febre tifoide e a meningite; f) Energia – Dificilmente a província do Huambo vai se tornar industrial; g) Habitação – Falta de habitação condigna para a população. |

Fonte: Elaboração própria a partir da informação recolhida nas entrevistas.

4.2.3. Síntese da informação recolhida: Identificação de alguns factores para a sustentabilidade da província do Huambo

Como síntese da informação que recolhemos, apresentamos de seguida um conjunto de objetivos, bem como alguns exemplos de ações potenciais, que poderão vir a promover o desenvolvimento sustentável da província de Huambo. Neste sentido, retomamos as dimensões identificadas no Quadro 1 desta dissertação para complementar com os

objetivos e com algumas ações que consideramos fundamentais ao desenvolvimento sustentável (quadro 37).

Quadro 37: Objetivos e ações para o desenvolvimento sustentável de Huambo

| |
|---|
| Dimensão Social |
| <p>Objetivos: Distribuição mais equilibrada do rendimento, bens e serviços bem como diminuição das assimetrias de qualidade de vida; Importância da educação direcionada para a realidade da província do Huambo</p> <p>Ações: Prioridade para os investimentos em saneamento básico e saúde preventiva. Prioridade para a formação que origine inserção social e desenvolvimento local: acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com formação orientada para as necessidades locais, Promover a abertura de novas universidades orientadas para a procura local, Promover e valorizar os profissionais de educação.</p> |
| Dimensão Político-Institucional |
| <p>Objetivos: Desenvolvimento de um ‘desenho’ em termos de equilíbrio rural-urbano mais equilibrado, com melhor distribuição territorial dos aglomerados populacionais e das atividades económicas, que promova melhores níveis de organização da sociedade civil do Huambo</p> <p>Ações: Investimentos na mobilização social, fortalecendo a capacidade produtiva da produção familiar e a gestão das organizações rurais, Criação e fortalecimento de formas associativas como cooperativas, sindicatos e associações de produtores.</p> |
| Dimensão Económica |
| <p>Objetivos: Afetação eficiente de recursos e fluxo constante de investimentos públicos e privados</p> <p>Ações: Transformação das estruturas produtivas, atrasadas, existentes no Huambo, baseadas na exploração dos recursos naturais Fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas, destacando-se as vinculadas à agricultura familiar (milho, feijão, batata –doce, bata-rena, gimboa, etc), assim como pecuária, incluindo a componente de industrialização e distribuição.</p> |
| Dimensão Ambiental |
| <p>Objetivos: Aumento da capacidade de utilização dos recursos disponíveis, melhor acesso à água, redução da produção de resíduos sólidos ferrosos, bem como da poluição em geral</p> <p>Ações: Elaboração de um plano regional de saneamento básico, Implementação de programas de acesso à água, bem como possibilitar a melhoria da sua qualidade, captação e distribuição nos centros urbanos e rurais. Recolha e tratamento do lixo: criar consórcios para tratamento de resíduos</p> |
| Dimensão Cultural |
| <p>Objetivos: Preservação e valorização do património cultural da província, o reconhecimento e a valorização dos detentores de conhecimento.</p> <p>Ações: Formação dos agentes culturais, para os dotar de conhecimentos necessários para a realização das suas tarefas dentro das comunidades.</p> |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos.

A dinamização das atividades económicas, a possibilidade de voltar a dispor de infraestruturas, aos mais diversos níveis, de boa qualidade bem como a possibilidade de melhorar a qualificação da população residente na província são fatores que se revelaram fundamentais para a prossecução de uma estratégia de desenvolvimento sustentável na província de Huambo. Para tanto, são necessários investimentos na ampliação e modernização da infraestruturas económicas (energia, transporte, comunicação), como também nas estruturas de produção, comercialização, apoio técnico e extensão rural.

A disponibilidade de financiamentos para a produção e comercialização são fundamentais, através da universalização do acesso ao crédito, mediante a ampliação do número de postos de atendimento bancário, e da oferta de linhas de financiamento adequadas às necessidades do desenvolvimento local. O papel indutor do desenvolvimento, promovido pelos bancos estatais, revela-se indispensável nessa estratégia, remetendo para a necessidade de implantação em todos os municípios da província (Vicente, 1996). Em relação à elaboração e implementação de programas para financiamento da cadeia produtiva, apresentamos como exemplo a criação do Balcão Único do Empreendedor “BUE” e o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza bem como o programa Angola Investe.

O diagnóstico do sector de infraestruturas no Huambo aponta para uma enorme insuficiência em todos os seus segmentos (transporte, energia, comunicação etc), funcionando como um decisivo obstáculo ao desenvolvimento económico e social da província. As estratégias para o sector devem compreender, conseqüentemente, a ampliação e modernização da infraestrutura económica e social em todos os seus aspectos (Vicente, 1996).

Deve começar por uma ação na área de energia, que deverá ser disponibilizada em volume suficiente para a província. Os investimentos devem procurar atender não apenas o fornecimento doméstico - atualmente com uma cobertura baixa e sem cobertura na área rural -, mas também promover o aumento da oferta de energia para o sector produtivo.

Em relação ao sector de transportes, a procura dirige-se quer ao aumento, legalização, maior segurança e modernização do sistema viário e de transporte. No curto e no médio

prazo, quanto ao transporte rodoviário, as prioridades são superar os estrangulamentos mais graves, com a pavimentação da rodovia entre Huambo e Sambo, Huambo e Huila e sua recuperação. No sector de transporte aéreo, devem ser implantadas pistas de aterragem nos vários municípios da província.

Na área da comunicação, a estratégia de curto prazo compreende ações no sentido de democratizar o acesso à informação, simplificar a cobertura dos sinais da TPA e da Radio e melhorar a fiscalização dos serviços. Para tanto, devem fazer-se convénios com entidades civis para a capacitação de operadores de rádios comunitárias e agentes fiscalizadores das comunidades. Deve-se também ampliar a cobertura telefone móvel bem como universalizar o acesso à internet.

A promoção de políticas educativas, de ciência, tecnologia e inovação que atendam às necessidades específicas do Huambo, através do incentivo à investigação, capacitação e fixação de recursos humanos, constitui uma estratégia decisiva para o desenvolvimento regional sustentável. A investigação no domínio da identificação e fomento de cadeias produtivas sustentáveis deverão ser desenvolvidas com a participação da população local.

O desenvolvimento que se almeja para a província do Huambo, não visa unicamente o aumento de recursos disponíveis, mas, fundamentalmente, que estes sejam colocados ao serviço do desenvolvimento sustentável da província, respeitando os valores humanos, o equilíbrio entre todos, a diversidade sociocultural e, no final, a melhoria da qualidade de vida da população.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho de investigação, com vista à elaboração de dissertação de mestrado, teve como objetivo principal identificar e analisar os pontos fortes, vulnerabilidades, oportunidades e limitações, no âmbito do diagnóstico das condições para o desenvolvimento sustentável da província de Huambo, ao mesmo tempo que procurámos avaliar a qualidade de vida da população da província, tendo em atenção os aspectos sócio-económicos e a acessibilidade aos serviços básicos.

Com base na análise estatística, trabalho de campo e recolha de bibliografia, verificou-se que o processo de desenvolvimento na província de Huambo continua a não poder ser classificado como sustentável e os níveis de qualidade de vida continuam baixos. O principal indicador para a promoção do desenvolvimento sustentável da província continua a ser ainda a agricultura e o comércio informal.

A par do diagnóstico realizado a partir de informação disponível em fontes estatísticas e outras, de tipo documental, a principal forma de complementar esta informação foi obtida a partir da aplicação direta de inquéritos por questionário a mais de um milhar de indivíduos residentes na província de Huambo. Dos inquéritos efectuados, verificamos que a maior parte dos inquiridos é jovem, com idade entre os 21 e os 40 anos, com o ensino primário completo, naturais do município do Huambo, residentes no município; são, maioritariamente, professores e camponeses de profissão e residem há mais de 10 anos no município. Com base nas entrevistas tentamos recolher mais alguma informação acerca dos planos e programas do executivo local que visam melhorar a qualidade de vida das populações do huambo, programas e planos que a partida não tem tido os resultados desejado por falta de verbas para o seu total cumprimento, tornando desta forma a província vulnerável e muito longe de atingir a sustentabilidade.

Apesar das dificuldades encontradas para a elaboração do diagnóstico da província, a identificação das prioridades para a promoção de um processo de desenvolvimento sustentável, com vista a solucionar os problemas identificados no desenvolvimento da

província, deverá levar em linha de conta as seguintes questões (que podem ser entendidas como recomendações):

- Reforçar o papel e a capacidade institucional dos municípios, o que implica a recuperação ou construção de infraestruturas básicas que vão promover a possibilidade e acessibilidade local, fortalecimento e promoção de serviços públicos obrigatórios (saúde, educação, segurança e ordem pública, energia, água e serviços administrativos), construção de mercados municipais, comunais e de bairros, rede integrada de logística e de distribuição de produtos;
- Criação de um ‘fundo de garantia’ para promoção e desenvolvimento sustentável e harmonioso das economias ao nível dos municípios, isto é, do apoio à iniciativa privada, através da existência, por exemplo, de incentivos fiscais e financeiros que apoiem as atividades agrícola, hoteleira, comércio e indústria;
 - Mobilização e sensibilização das forças vivas da província para participação ativa no processo produtivo, com vista à redução dos indicadores de fome e de pobreza, desanuviamiento dos centros urbanos e suburbanos, transformação da atividade económica e comercial informal para a atividade formal.

Depois do estudo agora iniciado, desejo desenvolver outros trabalhos nesta área de investigação, que considero fundamental para aprofundar e contribuir para uma melhor compreensão de questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Entendo ainda que existe um grande desconhecimento em Angola e em particular no Huambo, relativamente a aspectos ligados ao desenvolvimento sustentável, desenvolvimento que olha para o futuro trazendo qualidade de vida para as populações de forma generalizada.

6. BIBLIOGRAFIA

ABIKO, Alex Kenya; ALMEIDA, Marco António Plácido & BARREIROS, Maria António Ferreira. (1995). Urbanismo: “*História e Desenvolvimento*”. Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil. Brasil

AMARAL, Sílvia. (2004) “*Importância da Universidade do Huambo no Desenvolvimento do planalto Central de Angola*”. Tese de Mestrado em Gestão Pública na Universidade dos Açores. Portugal

BENGUELA, Zita Bernácia. (2004). “*Avaliação Contingente para Analisar a Vontade de Pagar dos Habitantes do Huambo*”. Tese de Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Universidade dos Açores, Portugal.

BARBOSA, A. Pinto. (1997). “*Economia Pública*”. 1º Edição, Mctoraw-Hill.

BARBOSA de Melo, J.P. (2002). A problemática e as políticas de desenvolvimento local, in (coord) José Silva Costa, *Compêndio de Economia Regional*, Coleção APDR, Coimbra, pp 515 -534.

BURBA, Michael, Wiplosz, Charles. (1993), *Macroeconomics – a European Text*, Oxford University Press.

CAPUCHO. Maria José (2006). “*Análise das Potencialidades e Constrangimentos do Concelho de Mourão e Propostas de Modelo de Desenvolvimento*”. Tese de Mestrado, Universidade de Évora, Portugal

CAZELLA, Ademir António (2002). “*As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial*”: Uma análise a partir da experiência Francesa.

DELGADO, A.; GODINHO, I. (2002). “A teoria da base económica”, in José Costa (coord.) *Compêndio de Economia Regional*, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra.

DENIS, Henri. (1990), *Historia do Pensamento Economico*, Livros Horizonte, Lisboa

DENTINHO, Tomaz C. Ponce (2012). “*Estimativas de Evolução da População na Cidade e na Província do Huambo*”.

DENTINHO, T.(2002). “Modelos gravitacionais” in *Compêndio de Economia Regional*, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra.

FEREIRA DO AMARAL, João (1996). *Politica Económicas*. Cosmos; Lisboa.

FILHO, José Luiz Alcântara; SILVA, Márcio Gomes & SILVA, Sandro Pereira (2009). “Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural: Uma análise a partir do território rural Baixo Jaquitinhonha.

- FLORIDA, Richard (2002). “*The rise of the Criative Classe*”. www.washingtonmonthly.com
- FORTUNATO, Adelino. (2003). “*Lições de Economia do Crescimento e Desenvolvimento*”; Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- FUNTIM, Joseph. (2009). Construir a Cidade para e pelos cidadãos: “*O direito a cidade em África*”.
- GOVERNO DA PROVÍNCIA DE HUAMBO (2010). “*População Actual Estimada*”. Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.
- GOVERNO DE DISTRITO DO HUAMBO. (1973). “*Plano de Desenvolvimento Regional*”. Relatório de Actividades.
- HADDAD, P (2003). “*Identificação e Classificação dos Arranjos Produtivos Locais no Maranhão e o seu Processo de Gestão*”. Brasil
- HALISKI, António Márcio; FLORIANI, Dimas. (2009). Território: “*Um passo rumo ao desenvolvimento sustentável*”.
- HENRIQUES, G (2004) “*A População e a Urbanização Africana*”
- HENRIQUES, P. Damião. (2010). “*Lições de Economia dos Recursos Hídricos*”, (Luanda); Universidade de Évora.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011), “*Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População*”, Relatório Analítico, Vol.I
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2011), “*Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População*”, Relatório de Tabelas, Vol II
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2010), “*Boletim de Estatísticas Sociais*”.
- JUNTA PROVINCIAL DE POVOAMENTO. (1971). *Plano de Desenvolvimento do distrito do Huambo*.
- KRAMA, Márcia Regina (2008). “*Análise dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentavel no Brasil, usando a ferramenta Painel de Sustentabilidade*”. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Brasil
- LATOEIRA, Cristina (2007). *Indústrias Criativas: Mapeamento, Organização e Estudo de Caso*.
- LOPES, A. S. (2002). O espaço económico, in José Silva Costa (coord), *Compêndio de Economia Regional*, Coleção APDR, Coimbra, 20-42.
- MAT (2011)– Ministerio da Administração do Território, www.mat.gov.ao/portalmat

MAFRA, Francisco; SILVA, J. A. (2004). Planeamento e Gestão do Território. Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto.

MINADERP – Ministerio da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (2010), Relatório do ano Agrícola

MINADERP – Ministerio da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (2011), Relatório de actividade do Desenvolvimento de Produção, Tecnologia e Industria Animal.

MINARS – Ministerio da Reinserção Social (2010). Documento de Estratégia para o País e Programa Indicativo Nacional. Governo de Angola e Comissão Europeia.

MINEA – Ministerio da Energia e Águas (2008). Relatório sobre a situação do país – Angola.

MINPLAN - Ministério do Planeamento (2005). “*Relatório Nacional*”, 2ª Versão.

MINPLAN – Ministerio do Planeamento (2004). Estrategia de Combate à Pobreza “Reinserção Social, Reabilitação e RECONSTRUÇÃO e Estabilização Economica

MINSA – Ministerio da Saúde (2010), Relatório de Avaliação Nacional do Sistema de Informação Sanitaria. Governo de Angola, Organização Mundial de Saude e União Europeia.

MINUA - Ministério do Urbanismo e Ambiente (2006). “*Programa de Investimento Ambiental*”: Relatório do Estado Geral do Ambiente.

MARQUES, Walter. (1962). Junta de Desenvolvimento Industrial, “*Problemas do Desenvolvimento Económico de Angola*”.

OLIVEIRA, Gilson Batista (2002). “*Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*”. Revista FAE, Curitiba. Brasil.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (2006). “*O conceito histórico de Desenvolvimento Económico*”. Trabalho originalmente preparado para Curso de Desenvolvimento Económico na Fundação Getúlio Vargas.

PNUD (2006). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Tricontinental Editora. Lisboa

POLÈSE, Mario. (1998). *Economia Urbana y Regional: introduccion a la relacion entre território e desarrollo*, Asociacion de Editoriales Universitárias de América Latina y el Caribe, Costa Rica.

REBOUÇAS, Fernando (2009). *Crescimento Económico*, SãoPaulo. Brasil

REDESIST (2004). “*Sistemas Produtivos Locais*”, UFRJ. Rio de Janeiro

REGO, M. Conceição (2010). *Apontamentos sobre Planeamento Territorial (para uso exclusivo dos alunos)*; (Luanda) Universidade de Évora.

RUSSO, A. Joaquim (2003). *Caracterização do Desenvolvimento Rural na Província do Huambo*.

SANTOS, Domingos (2002), Teorias de inovação de base territorial, in José Silva Costa (coord), *Compendio de Económia Regional*, Colecção APDR, Coimbra, pp. 285-313

SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E INTEGRAÇÃO ECONOMICA DE ANGOLA. (1970). *Relatório Síntese da Execução do III plano de fomento: Aspectos Globais e Sectoriais da economia da província*.

TIBAIJUKA, Anna Kajumulo; ZACARIAS, Felício Pedro.(2007). Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos: *Perfil do Sector Urbano em Moçambique*.

VIANA, David Leita (2010). “Cidade Africana-urbanismo (in) informal”: uma abordagem integrada e sistémica, 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa. Portugal.

VIANA, M, V, Rocha; VASCONCELOS, F, António (2009) – *Desenvolvimento Direito a Cidade Sustentável*; X De iniciação a Docência. Retirado do site: www.prac.ufpb.br.

VICENTE, São (1996). *O Desafio Industrial de Angola*. 1º Edição, INALD; Luanda.

WAQUIL, Paulo Dabdab; SCHNEIDER, Sergio; FILIPPI, Eduardo Ernesto & SPCHT, Suzimary. (2010). *Avaliação de Desenvolvimento Territorial em quatro Territórios Rurais no Brasil*.

WEBER, M (1991). “*A objectividade do conhecimento nas ciências sociais*”, São Paulo. Brasil

7. ANEXOS.

INQUÉRITO

I – OBJECTIVO

Avaliar as condições de sustentabilidade da província do Huambo, em termos sociais, económico, ecológico, cultural e espacial a partir dos seus habitantes.

II- INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

- a) Responda livre e cuidadosamente as questões;
- b) Para cada questão apenas uma resposta;
- c) Depois de respondido o questionário, analise as suas respostas

A- Identificação:

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Ocupação Profissional
5. Morada
6. Grau de Instrução:

- Sem instrução;
- Ensino Primário;
- 1º Ciclo;
- 2ºCiclo;
- Superior incompleto;
- Superior Completo

7. Tempo que reside ou trabalha na província do Huambo:

- a) De 1 a 5 anos
- b) De 5 a 10 anos
- c) Mais de 10 anos

B - Questões

I – TRANSFORMAÇÕES VERIFICADAS RECENTIMENTE NO DESENVOLVIMENTO DA PROVINCIA DO HUAMBO:

Classifique de 1 (Não importante) à 5 (Muito importante)

- a) Reabilitação das infra-estruturas sociais
- b) Melhoria da saúde e saneamento básico
- c) Melhoria do fornecimento de energia eléctrica e água
- d) Melhoria do sistema educativo
- e) Requalificação do parque industrial.
- f) Criação de emprego e requalificação de mão-de-obra.
- g) Desenvolvimento da actividade agro-pecuária
- h) Criação de pontos turísticos e de lazer.

II- QUALIDADE DE VIDA:

- a) Boa
- b) Regular
- c) Má

Classifique de 1 (Discordo em absoluto) à 5 (Concordo em absoluto)

AGRICULTURA

1. Contribui para atenuar a assimetria regional possibilitando o desenvolvimento

2. Os factores apontados como responsáveis do baixo rendimento agrário do Huambo são:

1 2 3 4 5

a) Dificuldades de obtenção de semente:

1 2 3 4 5

b) Fraco poder germinativo das sementes utilizadas

1 2 3 4 5

c) Não cumprimento das normas técnicas

5

1 2 3 4

d) Baixa fertilidade dos solos e falta de uso de fertilizantes

1 2 3 4 5

e) Preços elevados de insumos agrícolas

1 2 3 4 5

f) Escassez ou inadequação das ferramentas agrícolas

NO TURISMO:

a) Contribui para atenuar a assimetria regional possibilitando o desenvolvimento do

Huambo.

b) Turismo deficitário com poucos turistas, devido à baixa qualificação dos servidores

Públicos.

c) Ausência de um banco de dados, oriundo do inventário turístico

d) É necessária uma reflexão sobre o ordenamento da cadeia produtiva do turismo e

Valorização do turismo na região

NO EMPREGO:

Classifique de 1 (Discordo em absoluto) à 5 (Concordo em absoluto)

- a) Baixa qualificação profissional dos servidores públicos e da população em geral
- b) Insuficiência de técnicos nas empresas públicas e privadas
- c) Maior parte da população encontra emprego na actividade agrícola
- d) Aumento da marginalidade da juventude e subemprego

II -A Qualidade nos serviços de saúde:

Escolha apenas uma opção entre Boa, Regular ou Má.

A reforma educativa melhorou a qualidade de ensino

Escolha apenas uma opção entre Sim e Não.

ENTREVISTA

(Para responsáveis e gestores do governo)

I – Objectivo

Recolher opiniões sobre a materialização dos planos e programas que identifiquem as transformações ocorridas na província do Huambo

I- INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

- a) Escreva seu nome no fim;
- b) Responda livremente e se possível sugira no fim;
- c) Para cada pergunta dê apenas uma resposta concreta;

A- CARACTERIZAÇÃO

- a) Planos e programas aplicados nos municípios da província do Huambo.
- b) Aderência da população aos programas e planos do governo

B- QUESTÕES

1. Quantos planos já foram implementados ao nível local, visando o desenvolvimento sustentável?
2. Estes planos têm sido cabalmente cumpridos? Justifique
3. O que a população dos municípios acha sobre a implementação do desenvolvimento sustentável?
4. Que transformações se registaram na província do Huambo, nos últimos anos?
5. Até que ponto estas transformações têm contribuído para a sustentabilidade da da província/municípios?
6. Que medidas se têm posto em prática para melhorar a qualidade de vida das populações do Huambo?
7. Que impactes se têm verificado, na agricultura, educação, saúde, turismo, água, energia, habitação ambiente?

Nome _____ Data _____

Quadro nº A1: Produções esperadas de efectivos pecuário

| Nº | Produções | U.M | Quantidade | Produções Esperadas |
|----|--------------|--------|------------|---------------------|
| 1 | Pintos | Bicos | 3 | 40000 ovos/mês |
| 2 | Caprinos | Cab | 83 | 161/ano |
| 3 | Ovinos | Cab | 83 | 161/ano |
| 4 | Coelhos | Unid | 3000 | 19963 Unid/ano |
| 5 | Bois/Tracção | Juntas | 84 | 240 há/ano |

Fonte: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, 2009

Quadro nº A2: Efectivo Pecuário - 1998

| Provincias | Espécies Animais | | | | |
|----------------|------------------|--------|----------|--------|-------|
| | Bovinos | Suínos | Caprinos | Ovinos | Aves |
| Cabinda | 960 | 2447 | 4373 | 3044 | 15596 |
| Zaire | | | | | |
| Úige | 61 | 5959 | 18761 | 7378 | 34144 |
| Malange | | | | | |
| Lunda Norte | | | | | |
| Lunda Sul | | | | | |
| Kuanza Norte | | | | | |
| Bengo | | | | | |
| Luanda | | | | | |
| Kuanza Sul | 44352 | 6402 | 58064 | 31088 | 23297 |
| Benguela | 18311 | 5226 | 24199 | 681 | 14450 |
| Huambo | 42550 | 75425 | 119250 | 28700 | |
| Bié | | | | | |
| Moxico | | | | | |
| Namibe | | | | | |
| Huíla | | | | | |
| Kunene | | | | | |
| Kuando Kubango | | | | | |
| Total | 106234 | 95459 | 224647 | 70891 | 87487 |

Fonte: MNDR (Relatório Nacional Sobre a Situação dos Recursos Zoogenéticos para Alimentação e agricultura, 2004.

Quadro nº A3: Efectivo Pecuário - 2000

| Provincias | Espécies Animais | | | | |
|----------------|------------------|--------|----------|--------|--------|
| | Bovinos | Suínos | Caprinos | Ovinos | Aves |
| Cabinda | 451 | | | | |
| Zaire | | | | | |
| Úige | 24 | 31914 | 25952 | 1885 | 85011 |
| Malange | | | | | |
| Lunda Norte | 29 | 714 | 2451 | 768 | 2102 |
| Lunda Sul | | | | | |
| Kuanza Norte | 250 | 2701 | 2390 | 740 | 3735 |
| Bengo | | | | | |
| Luanda | 3975 | | | | |
| Kuanza Sul | 41746 | 20262 | 45645 | 25495 | 31277 |
| Benguela | 14253 | 3861 | 18065 | 640 | 10586 |
| Huambo | 3072 | | 2375 | 763 | |
| Bié | | | | | |
| Moxico | 750 | 4000 | 1200 | 550 | |
| Namibe | 65768 | | | | |
| Huíla | 250959 | | | | |
| Kunene | 282374 | | | | |
| Kuando Kubango | | | | | |
| Total | 663651 | 63452 | 98078 | 30841 | 132711 |

Fonte: MNDR (Relatorio Nacional Sobre a Situação dos Recursos Zoogenéticos para Alimentação e agricultura, 2004).

Quadro nº A4: População deslocada

| Provincia | População Deslocada | População deslocada (0-15 anos) | População deslocada (0-15 anos) Masculino | População deslocada (0-15 anos) Femenino | Estimativa de População reinstalar |
|------------------|----------------------------|--|--|---|---|
| Benguela | 4533 31 2089 | | | | 424503 |
| Bié | 52 | | | | |
| Bengo | 1794 13 1187 | 140316 | 25761 | 42875 | 106329 34698 |
| Cabinda | 7 | 5975 | 2340 | 3502 | 7000 |
| Cunene | 6927 8 | | | | 261308 |
| Huambo | 4350 00 2291 | 145312 | 32043 | 51815 | 86493 |
| Huila | 70 | 97138 | 24656 | 34651 | 12889 |
| Kuando | 1095 | | | | 10506 |
| Kubango | 87 | | | | 70089 |
| Kuanza-Norte | 4133 | | | | |
| Kuanza-Sul | 41 6735 | 165930 | 144333 | 103078 | 171569 |
| Luanda | 26 4382 | 394441 | 128204 | 150881 | 82454 |
| Lunda-Norte | 03 1849 | | | | 171709 |
| Lunda-Sul | 19 2885 | 92464 | | | 30000 |
| Malange | 36 2062 | 147350 | 57874 | 83302 | 38181 |
| Moxico | 97 2481 | | | | 156870 |
| Namibe | 2 6483 | 10667 | 6638 | 7512 | 25965 |
| Uige | 2 3805 | | | | 59156 |
| Zaire | 4 | 14277 | | | 31856 |
| Total | 4185 573 | 121387 0 | 421849 | 477616 | 1781575 |

Fonte: Ministério do Plano (Relatório Nacional), 2010

Quadro nº A5 Efectivo Pecuário - 2002

| Provincias | Espécies Animais | | | | |
|----------------|------------------|--------|----------|--------|--------|
| | Bovinos | Suínos | Caprinos | Ovinos | Aves |
| Cabinda | | | | | |
| Zaire | | | | | |
| Úige | 21000 | 2257 | 12982 | 731 | 25452 |
| Malange | | | | | |
| Lunda Norte | | | | | |
| Lunda Sul | | | | | |
| Kuanza Norte | 80800 | 14500 | 11500 | 2500 | 25000 |
| Bengo | 5000 | | 1348 | 248 | |
| Luanda | 72000 | 1500 | 12688 | 5937 | 25000 |
| Kuanza Sul | 187500 | 27723 | 69387 | 34867 | 27537 |
| Benguela | 319200 | 5812 | 21782 | 6349 | 37270 |
| Huambo | 276000 | | 824 | 365 | |
| Bié | | | | | |
| Moxico | | | | | |
| Namibe | 268000 | 3000 | 467000 | 120000 | 9000 |
| Huíla | 1188000 | 173000 | 476400 | | 100000 |
| Kunene | 1188000 | | | | |
| Kuando Kubango | 64400 | 15500 | 56000 | 5250 | |
| Total | 366990 | 243292 | 1129911 | 176247 | 249259 |

Fonte: MNDR (Relatório Nacional Sobre a Situação dos Recursos Zoogenéticos para Alimentação e agricultura, 2004).

Quadro nºA6 Efectivo Pecuário – 2008/2009

| Provincias | Espécies Animais | | | | |
|----------------|------------------|----------------|----------------|---------------|-----------------|
| | Bovinos | Suínos | Caprinos | Ovinos | Aves |
| Cabinda | 2772 | 48085 | 44092 | 18089 | 35496 |
| Zaire | 46 | 77363 | 64947 | 13140 | 57306 |
| Úige | 2339 | 157694 | 157694 | 52565 | 117952 |
| Malange | 5030 | 62604 | 129939 | 15530 | 197073 |
| Lunda Norte | 3512 | 7180 | 16026 | 5049 | 78100 |
| Lunda Sul | 1925 | 26968 | 31001 | 9350 | 32359 |
| Kuanza Norte | 6951 | 35807 | 44773 | 7725 | 125593 |
| Bengo | 11567 | 33681 | 8072 | 6990 | 48936 |
| Luanda | 79647 | 68100 | 36000 | 116000 | 5000000 |
| Kuanza Sul | 232814 | 72498 | 246765 | 17614 | 354015 |
| Benguela | 565358 | 70670 | 325434 | 6553 | 757872 |
| Huambo | 180092 | 1000000 | 865080 | 3500 | 1874900 |
| Bié | 42000 | 56323 | 210937 | 3902 | 1750000 |
| Moxico | 36176 | 7000 | 101433 | 16000 | 151000 |
| Namibe | 500500 | 33552 | 1230000 | 520000 | 49420 |
| Huíla | 2180151 | 303000 | 1214008 | 62870 | 967602 |
| Kunene | 1304236 | 50000 | 2150000 | 75000 | 2500000 |
| Kuando Kubango | 223200 | 26400 | 79627 | 15448 | 25821 |
| Total | 5378316 | 2126925 | 6955828 | 965325 | 14123445 |

Fonte: MNDR (Resultado da 1ª época e estimativa da campanha agrícola, 2008/2009).

